

Fundação Casa de Rui Barbosa
Cadernos de Iniciação Científica
N. 2, Março de 2008

Trabalhos premiados na
2a. Jornada de Iniciação Científica da FCRB, 2 de agosto de 2007

<i>O Amplexo: triunfos de um Brasil moderno</i> Pedro Krause Ribeiro	4
<i>A constituição da República – projetos e discursos no Congresso Constituinte de 1890</i> Márcio Verani	29
<i>Como se livrar de uma acusação com algumas notas</i> Maria Clara Antonio Jeronimo	40
<i>Nestor Vítor e Cruz e Sousa: pacto de homens e almas</i> Bianca Rodrigues de Marco	47

Apresentação

A Jornada de Iniciação Científica, realizada anualmente para marcar o fim da atividade de um grupo de bolsistas, com a avaliação acadêmica de seu desempenho e a premiação dos melhores trabalhos, é um dos momentos mais prazerosos de nossa rotina à frente do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Passar um dia inteiro ouvindo os jovens pesquisadores, nervosos e compenetrados, relatarem sua experiência de um ano de trabalho e aprendizado sempre me faz refletir sobre a importância dessa atividade de formação de mão-de-obra especializada em pesquisa, à qual este Centro se dedica há pelo menos três décadas.

O caminho percorrido até aqui – hoje temos um Programa Institucional de Iniciação Científica bastante consistente, com 10 bolsas concedidas pelo CNPq, 8 pagas pela própria FCRB, duas de pesquisadores com bolsa individual de produtividade e cota de IC do CNPq e mais quatro mantidas pelo convênio FCRB/Faperj – foi árduo. Mas todo o esforço passado e presente é amplamente recompensado, por exemplo, pela seriedade com que orientadores e orientandos encaram a Jornada, preparando-se para ela como para importante evento acadêmico que de fato é.

Importante, entre outras razões, porque dá a medida da diversidade de temas abrangidos por nossos pesquisadores, que em caráter verdadeiramente interdisciplinar se movimentam entre história, língua portuguesa e literatura, cultura, direito, de forma criativa e produtiva. Os trabalhos premiados na Jornada de 2008, que agora publicamos, são uma boa mostra dessa sadia diversidade, que contribui para potencializar as possibilidades de crescimento intelectual de nossos orientandos: enquanto Pedro Krause Ribeiro trabalha com a iconografia do início do século XX para fazer história, Márcio Verani se debruça sobre os discursos produzidos no Congresso Constituinte de 1890 para estudar a constituição da República pelo viés de suas leis, Bianca Rodrigues de Marco aborda a literatura e a crítica literária do simbolismo na virada do XIX para o XX e Maria Clara Antônio Jerônimo sistematiza num divertido texto tudo o que aprendeu sobre o rigor das citações e referências.

O crescimento anual da série Cadernos de Iniciação Científica, com a publicação dos trabalhos premiados na Jornada, é mais um indício de que a atividade de iniciação científica é encarada pelo Centro de Pesquisa como prioridade, e como tal tratada. Exatamente por aquilatar o estímulo que representa para um jovem pesquisador ter um

trabalho publicado, os novos números que a cada ano se acrescentam à série não podem sujeitar-se às contingências orçamentárias e funcionais. São, eles também, prioridade.

O agradecimento devido ao Comitê Institucional de Iniciação Científica, formado por Eliane Vasconcelos, Marta de Senna e Ivana Stolze Lima, sob a liderança desta, e a Marília Lutfi, coordenadora administrativa do programa, se estende aos avaliadores externos, que aceitaram nosso convite para participar da Jornada 2007: Fernando Lattman-Weltman, do Cpdoc-FGV e da PUC-Rio, Martha Abreu, da Universidade Federal Fluminense e Teresa Cerdeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cumprimento ainda todos os pesquisadores que generosamente orientaram bolsistas no período 2006-2007, a que se reportam os trabalhos aqui publicados. Não é necessário enfatizar o quanto de dedicação é investido na tarefa de orientar, mas verifico com alegria que as bolsas são disputadas por excelentes e numerosos projetos, o que mostra que não faltam entre nós bons orientadores.

Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, julho de 2008.

Rachel Valença
Diretora do Centro de Pesquisa

O Amplexo: triunfos de um Brasil moderno

Pedro Krause Ribeiro (UFF/FCRB/FAPERJ)

Orientador: Luiz Guilherme Sodré Teixeira

“Quem não compreenderá o papel importante que desempenha o lápis na luta da propagação de idéias!”¹

INTRODUÇÃO

Neste ensaio proponho uma reflexão sobre o papel da caricatura como documentação para a percepção do imaginário coletivo em determinados momentos na história. A caricatura consegue ultrapassar a barreira do indivíduo, atingindo o público leitor, criando um vínculo entre o enunciador e o receptor. Assim sendo, a visão de mundo tanto dos chargistas como dos leitores se encontra, em parte, na produção imagética desses cronistas gráficos.

Analisarei a produção dos caricaturistas à época do ministério do barão do Rio Branco (1902-1912), mais precisamente a partir do ano de 1907 até a sua morte em 1912. Utilizo-me desse recorte temporal por acreditar que nele uma idéia de “progresso” pairava no ar e na mente dos intelectuais, que acreditavam estar fazendo parte de um novo momento da história da pátria, o surgimento de um “Brasil moderno”, que os fez rediscutir o “ser brasileiro”, criando e recriando identidades, forjando uma “comunidade política” brasileira.

Esta reflexão tem como alicerce o trabalho desenvolvido por mim junto ao pesquisador Luiz Guilherme Sodré Teixeira na elaboração do álbum de charges *Rui, a águia de Haia*, no qual tive a oportunidade de trabalhar diretamente com a documentação que nos serve aqui como objeto de análise. Foram 83 desenhos selecionados que faziam referência a Rui ou ao mito da “águia de Haia”, indexados em nove sub-temas: a partida de Rui; Rui e o Barão; Rui e o *Zé Povo*; Rui e a *República de barrete frígio*; Rui na Conferência; Rui, *Tio Sam* e *John Bull*; conflitos diplomáticos; Rui, a águia de Haia; e Rui

¹ SINZIG, Frei Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911. p. 15.

e a propaganda. Metodologicamente a classificação priorizou realçar personagens, temas e momentos de relevância para a época ou para o evento, sendo, por isso, necessário relacionar as charges a textos acadêmicos e ficcionais que ajudassem a compreender tanto os personagens como o contexto. Ao longo deste ensaio retornarei, sempre que preciso, a tais sub-temas.²

UM DIPLOMATA ART NOUVEAU: “DINHEIRO HAJA, SEU BARÃO!”

O barão do Rio Branco assumiu a pasta do Exterior no governo Rodrigues Alves, em 1902, saindo do cargo somente em 1912, ano de seu desaparecimento. Perpassando quatro períodos presidenciais (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca), Rio Branco parecia estar “fora” dos conflitos da política interna brasileira, recebendo amplos poderes para alcançar seus objetivos como chanceler, que basicamente figuravam em três propostas: redesenhar e consolidar as fronteiras nacionais, reorganizar o comércio no estrangeiro – principalmente com os Estados Unidos – e mudar a imagem do Brasil no Exterior. As três questões, que parecem díspares, na realidade se entrecruzam, pois consolidar fronteiras significava mostrar estabilidade do país, ao mesmo tempo que “vencer” as nações da América do Sul nestas questões era demonstrar supremacia regional. A supremacia dava maior poder de barganha na realização de diplomacia e de acordos comerciais, e a estabilidade criava um cenário favorável à atração de imigrantes e de capital internacional. Por fim, mostrar o Brasil como um país “civilizado” era a base da propaganda tanto para falar da supremacia regional quanto da estabilidade da nação.

Sendo assim, a diplomacia Rio Branco foi fundamental para mostrar ao mundo o “Brasil moderno”, reurbanizado pelas reformas de Pereira Passos e relativamente estável por conta da “política dos governadores”.³ O projeto ambicioso contou com o convite de

² O trabalho com Luiz Guilherme Sodré Teixeira me rendeu três ótimas oportunidades de apresentação e publicação. Primeiramente, no Segundo Seminário Faperj ocorrido na FCRB entre os dias 19 e 24 de abril de 2007, no qual apresentei os resultados parciais da pesquisa. Esta me rendeu uma publicação na revista eletrônica, de Ciência Política, *Achegas* (ver: RIBEIRO, Pedro Krause, 2007) e, mais recentemente, a apresentação dos resultados finais em forma de painel na Anpuh, ocorrida entre os dias 16 e 20 de julho de 2007, em São Leopoldo – RS.

³ É importante ressaltar o projeto político traçado por Campos Sales (1898-1902), que permitiu uma estabilização do regime na chamada “política dos estados”, que dava ao âmbito estadual maior independência, possibilitando ao federal maior poder de manobra política para seu projeto de nação,

príncipes, reis e chefes de Estado ao Brasil e com o envio de embaixadas e políticos brasileiros para a Europa e Estados Unidos, divulgando “nossa” modernização. Rio Branco também investiu maciçamente ao colocar o país nos grandes encontros científicos na Europa, além de promover no Rio de Janeiro a Conferência Pan Americana de 1906 e a Exposição Nacional de 1908. Foi uma época de grandes banquetes e de vultosas propagandas sobre o Brasil no exterior, o que fez elevar enormemente os custos do governo.

No período se firmou um bordão popular que caricaturava a diplomacia de Rio Branco, o “dinheiro haja”, imortalizado pelos caricaturistas na voz do personagem *Zé Povo*, o herói anônimo que “bancava” estas investidas do Barão; mas que também foi utilizada pela música popular, como na polca gravada na Casa Édson pela Banda do Corpo de Bombeiros, entre 1907 e 1912⁴. Os altos custos eram penosos para a população, mas, ao mesmo tempo, fascinantes, porque obtinham “sucessos” para a pátria. Portanto, uma mistura de crítica e apoio existia, porém no caso específico do Barão era mais o apoio que se demonstrava. Daí, junto ao “dinheiro haja”, elogios eram vistos, como se estivesse valendo a pena a população pagar aquele custo. Lima Barreto em crônicas e ficções relembra da participação de Rio Branco, tanto nos custos do governo, quanto na promoção do “Brasil civilizado”, sempre criticando-o com sua voz satírica. No entanto, mesmo criticando, ele dizia que Rio Branco, ou visconde de Pancome na ficção *Os Bruzundangas*, era um político erudito e popular, o que demonstra a força da imagem de Rio Branco⁵.

Segundo Herman Lima, o Barão só foi criticado pelos caricaturistas na questão do Acre, quando pensou em negociar junto às empresas estrangeiras e com a Bolívia. Nesse momento, a figura de Rui, que se opôs ao Barão, foi retratada por Alfredo Cândido como contendo uma Biblioteca Nacional na cabeça, e Rio Branco pedia para ali entrar para fazer

entendido como projeto das elites exportadoras. Ver mais em: LESSA, Renato. *A invenção republicana*, 1999.

⁴ Música pesquisada nos acervos do Instituto Moreira Salles. Além da polca “Dinheiro haja”, encontramos mais algumas músicas que faziam referências ao Barão, como “Ode ao Barão do Rio Branco” e “Morte do Barão do Rio Branco”, interpretadas por Eduardo das Neves e Serrano, respectivamente.

⁵ Lima Barreto chega a creditar ao Barão todo este processo civilizatório, de obsessão com Buenos Aires, que atraiu inúmeros imigrantes do interior e do exterior, prometendo o *El Dorado* da civilidade, mas que depois teve que reprimir com sua polícia quando percebeu que não tinha como manter todos nesta terra. Em “A Volta” de 26 de janeiro de 1915. Barreto, Lima. *Vida Urbana*, 1961b. Ver mais sobre *Visconde de Pancome* em *Os Bruzundangas*, 1961a.

uma pesquisa sobre a questão do Acre⁶. Mas as críticas se tornaram elogio com o fim da causa e, daí para frente, Rio Branco virou uma figura incontestável para os cronistas gráficos, que o louvaram inclusive à época de sua morte. Foi do português J. Ramos Lobão a charge que colocou Rio Branco como um diplomata *art nouveau*, elevando-o às novas modas parisienses. Ou como desenhou Raul, o diplomata que deu um chute na antiga diplomacia do cabide e roupas-feitas⁷.

Em suma, a caricatura traçou Rio Branco como um mito vivo, louvado em morte, atribuindo a ele um papel central na transformação do “Brasil moderno”, um sonho que se cristalizava nas mãos do Barão, mas que tinha o mal da “politicagem” interna, que atrasava o “progresso”, sendo uma forte hipótese a da consciência do Barão de construir esta autoimagem, formando um círculo intelectual que influía diretamente na construção dessa memória, tanto por círculos orgânicos, como por ambientes mais autônomos, como a imprensa periódica⁸.

Quando de seu falecimento em fevereiro de 1912, a cidade do Rio de Janeiro parou para acompanhar seu velório. As pessoas tomaram as ruas em seu cortejo fúnebre: “o enterro foi como se viu, a mais extraordinária apoteose popular de que há notícia neste país”⁹. O carnaval virava dúvida, poderia ou não ser adiado pelo governo. A questão estava no ar e na imprensa ilustrada a discussão correu solta. Por fim, o carnaval foi transferido para abril, mas foram feitos dois carnavais, pois parte da população saiu às ruas no “estranho fevereiro”, “mês de carnaval e de luto”¹⁰, e saudou a festa popular na Avenida Central, rebatizada então de Avenida Rio Branco.

RUI: A DIPLOMACIA DA “ÁGUIA DE HAIA”

A Conferência da Paz de Haia, em 1907, foi mais um desses momentos da “diplomacia Rio Branco”. Rui foi tratar do pan-americanismo, apoiando medidas norte-americanas, mas também criticando-as. Na defesa do *monroísmo*, Rio Branco tinha em

⁶ Segundo Herman Lima, a primeira caricatura a explorar a macrocefalia de Rui Barbosa. Publicada na *Larva* em 18 de setembro de 1903. Encontrada no livro *Rui e a caricatura* de Lima.

⁷ Respectivamente: J. R. Lobão. *O Malho*. 10 de agosto de 1907, n. 256 e Raul. *Jornal do Brasil*. Domingo 28 de julho de 1907, ano 17, n. 209, p. 05.

⁸ BOTELHO, André. “Circulação de idéias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty”, 2005.

⁹ Texto de Flávio na *Fon-Fon!* de 24 de fevereiro de 1912, ano 05, n. 08.

¹⁰ *Fon-Fon!*. 02 de março de 1912, ano 05, n. 09.

mente algo como a aproximação com o mais forte, mas mantendo interesses da “soberania nacional”. Os Estados Unidos de fato viraram nossos principais compradores e base de apoio para afirmação da liderança na América do Sul, mas não era permitido nenhuma grande intervenção neste mesmo ambiente, daí as críticas, por exemplo, às questões do Tribunal de Arbitragem, que tornaria obrigatória a submissão do Brasil aos interesses e julgamentos das grandes potências na consolidação do território, o que prejudicaria a liderança no cone Sul.

Esta perspectiva dual de diplomacia também era vista por parte dos americanos, principalmente nas discussões sobre a teoria da igualdade das nações e na questão da arbitragem, quando Rui se indispôs com os Estados Unidos. Pois, de um lado, Rui era atacado, principalmente pelo correspondente do *New York Herald*, Stanhope, e de outro era defendido, como o foi pelo Secretário de Estado norte americano Elihu Root, que mandou sua delegação apoiar a elevação do Brasil à potência de primeira ordem.

Ao se opor às grandes potências, teoricamente defendendo os interesses dos países mais fracos, Rui Barbosa começou a se destacar no evento, que tinha como premissa o Brasil acatando as investidas dos Estados Unidos. O tamanho do feito de Rui foi ter ganhado não somente o apoio dos países sul-americanos, mas de pequenos países da Europa, como Grécia, Suíça e Romênia. Era o Velho Mundo, da civilidade, apoiando a idéia de um brasileiro. O Barão com sua astúcia, tão criticada por Lima Barreto, censurava as informações que de Haia chegavam e, sustentado pela sorte do apoio internacional a Rui, conseguia passar a idéia de sucesso do baiano na Conferência¹¹.

Então não se torna difícil entender por que Rui foi tão louvado pelas charges patrióticas sobre sua participação em Haia. A Conferência da Paz representou para os caricaturistas brasileiros uma situação singular de patriotismo, já que pela primeira vez a República obtinha sucesso e prestígio na Europa. Muitas charges nacionalistas são encontradas ao longo do ano de 1907 e nos vindouros, relacionadas à “diplomacia Rio Branco”, ajudando a compreender o sentimento e a opinião pública brasileira na época, que era de apoio e admiração a estas investidas.

¹¹ Para tais análises em muito contribuiu o *Papos Históricos* – reunião mensal de um pesquisador com os bolsistas da Fundação para exporem suas pesquisas – de Christiane Laidler no mês de julho de 2007. Além de seu *paper* apresentado no encontro nacional da ANPUH desse mesmo mês neste ano. Em: História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007.

Uma outra questão diplomática também estava clara, o conflito entre Brasil e Argentina pela liderança no Sul da América. Segundo Christiane Laidler, não é à toa que o Barão em telegrama pediu para que Rui se aproximasse da delegação chilena, minimizando as investidas do vizinho inimigo na Conferência. A grande proposta argentina era a Doutrina Drago, feita em 1902, referente ao cerco militar que países europeus fizeram à Venezuela. Esta doutrina propunha a proibição da cobrança compulsória de dívidas de Estado, logo defendia os interesses venezuelanos e de outros países devedores da América do Sul. A questão seria discutida na Conferência de 1906, ocorrida no Rio de Janeiro, mas nas manobras do Barão e de Joaquim Nabuco, foi transferida para Haia.

Na Conferência da Paz a discussão levada pelo então delegado argentino Drago e apoiada pelo chanceler Estanislao Zeballos, significava, dentre outras coisas, mostrar a Argentina como líder da América do Sul, defendendo os países fracos. Ou seja, o mesmo objetivo de Rio Branco. Percebe-se então o choque político entre as lideranças das nações e por que Rui bateu de frente com a Doutrina Drago, que foi, por fim, derrotada por uma proposta norte-americana de limitar estas cobranças pela via compulsória. Derrota de Zeballos e Rio Branco. Vitória norte-americana, que passou a idéia de estar defendendo o máximo que podia os países fracos da América Latina.

Mas se Brasil e Argentina perderam na questão da cobrança compulsória das dívidas de Estado, quando Rui defendeu a igualdade das nações, o Brasil saiu vitorioso, pois defendia interesses dos países sul-americanos e de pequenos Estados europeus, que o apoiaram. Drago foi desenhado por Alfredo Storni como um maltrapilho Dom Quixote que lutava insanamente para derrubar o moinho Rui Barbosa, e por Amaro do Amaral como uma draga que era uma droga, diferentemente de Rui¹².

A GUERRA DO TRAÇO: ZEBALLISTAS X BARONISTAS

Entretanto, o conflito diplomático entre Brasil e Argentina não ficou restrito a Haia. Nem mesmo o embate entre o barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos teve seu início no evento internacional. A turbulenta divisão da região do Prata entre espanhóis e portugueses foi transferida para as nações independentes Brasil e Argentina, que, após algumas tentativas de acordos diplomáticos para divisão de território, chegaram à solução final de levar a questão fronteiriça a um tribunal de arbitragem. Este, liderado pelo presidente

¹² Storni. *O Malho*. 03 de agosto de 1907, n 255 e Amaro. *Jornal do Brasil*. Domingo, 28 de julho de 1907, ano 17, n 209, p. 07.

norte-americano Groover Cleveland, trabalhou entre os anos de 1893 e 1895. Coincidentemente, os defensores das petições de Brasil e Argentina foram respectivamente Rio Branco e Zeballos, tendo sido vitorioso o argumento do Barão, que ganhou a causa. Este foi um momento crucial para a carreira política de Rio Branco, que foi convidado para o cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil em 1902. Também influenciou na forma como as relações entre Brasil e Argentina se configuraram com a volta de Estanislao Zeballos à chancelaria de seu país no ano de 1906¹³.

Após a Conferência da Paz de Haia, parte da imprensa argentina passou a criticar o projeto de rearmamento brasileiro, que teve seu ponto máximo na compra do *dreadnought* Minas Gerais em 1908, navio que chegou ao Brasil em 1910. Assim como Rio Branco, Zeballos se aproveitava desse tipo informação e o alimentava, anunciando publicamente no início de 1908 a interceptação de um telegrama do Barão, no qual, segundo o ministro argentino, estavam claramente afirmados interesses militaristas de Rio Branco na Argentina. A questão teve grande impacto diplomático, pois o chanceler brasileiro se viu obrigado a expor informações confidenciais publicamente, comprovando por fim que não havia escrito sobre aquilo de que Zeballos o acusava. A questão foi tão tensa, que Estanislao Zeballos acabou derrubado de seu cargo em junho de 1908. Este episódio ficou conhecido como o caso do “telegrama n°9”¹⁴.

Até a queda de Zeballos e, posteriormente, em seus artigos e de outros no *La Prensa* e no *Sarmiento*, semanários argentinos, a figura do Barão era difamada. Tentou-se derrubar o ministro brasileiro e sempre que possível evocava-se o estereótipo do “macaquito” para se falar dos brasileiros – algo “péssimo” para um país que se queria “civilizado”. Novamente retomo Lima Barreto, que, em um artigo intitulado “Conselhos”, nos conta um caso que ocorreu quando trabalhava na *Fon-Fon!*. Tudo começou quando em 1915, ano da crônica, uma caricatura aparentemente falando sobre “macaquitos” apareceu na imprensa argentina. Lima falou sobre as verdades trazidas na caricatura e da fúria cega de certo patriotismo. Por fim, lembrou que um dia estava na redação da revista, quando entrou lá um representante de Rio Branco, trazendo consigo umas caricaturas produzidas por argentinos, que como sempre causavam grande comoção, dando

¹³ Estanislao Zeballos foi chanceler argentino por três vezes: de setembro de 1889 a abril de 1890; de 1891 a 1892; e de novembro de 1906 a junho de 1908.

¹⁴ Um pouco mais sobre a carreira política de Zeballos ver: FRANÇA, Tereza Cristina. “Estanislao Zeballos e o Brasil: Sintonias e antinomias”, 2003.

como conselho que se parasse de enviar mensagens com os sucessos da nação para fora do país, evitando as críticas dos caricaturistas estrangeiros. Nesse evento, segundo Barreto, quase estourou uma guerra entre Brasil e Argentina¹⁵.

Exageros à parte e independente da possível data na qual ocorreu o caso contado por Lima, é importante notar a presença das caricaturas nos conflitos diplomáticos entre Brasil e Argentina. E como Rio Branco se utilizava delas para construir seu apoio político. Há grande dificuldade em se coletar as caricaturas produzidas no país vizinho, mas já há dados que nos levam a pensar nelas, como o texto de Barreto e uma dessas caricaturas argentinas publicadas na *Careta*, do dia 24 de outubro de 1908, na qual o Barão aparece como um rei que governava o Brasil, com um macaco ao lado seguindo seu “mestre” (no caso, Rio Branco)¹⁶.

Uma grande questão é pensar como se legitimava um conflito que tinha como fim a construção de uma supremacia, a partir do patriotismo e da opinião pública; como Zeballos e o Barão evocavam uma “comunidade política”¹⁷, da qual os caricaturistas se sentiam parte, o que fazia com que os artistas ridicularizassem o outro país e seus governantes, e que, ao mesmo tempo, acabavam reforçando o sentimento de unidade da “comunidade”. Em outras palavras, pensar como, através da imprensa, forjava-se um “canal de boataria” que, fazendo “fofocas depreciativas” e “fofocas elogiosas”, mitificava e defendia políticos de um país e, ao mesmo tempo, ridicularizava figuras políticas de outro.

Elias e Scotson já nos falavam sobre a potência das fofocas para cristalizar o poder dos estabelecidos frente aos *outsiders*, sendo sempre lembrados momentos “ruins” dos de fora e momentos “bons” dos de dentro, dos estabelecidos¹⁸. Neste caso específico, de um

¹⁵ Lima Barreto não definiu o ano deste ocorrido, mas como trabalhou em 1907 na revista, talvez remeta a este ano. BARRETO, Lima. “Um Conselho”. *Correio da Noite*. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1915. In: *Vida Urbana*. p. 86-87.

¹⁶ Essa caricatura foi também apresentada por João Paulo Rodrigues, no 3º Simpósio Internacional de Estudos Brasileiros, ocorrido aqui nesta Fundação entre 13 e 14 de junho de 2007. A pesquisa de João Paulo trata da invenção deste “argentino” na imprensa brasileira e muito serviu para as conclusões desta pesquisa que aqui apresento, que diferem do autor por tratar da questão política que estava por trás da utilização deste “outro” e do apoio dos caricaturistas à “modernidade brasileira”.

¹⁷ A idéia de “comunidade política” imaginada, como representação da consciência nacional, é trabalhada por: ANDERSON, Benedict, 1989.

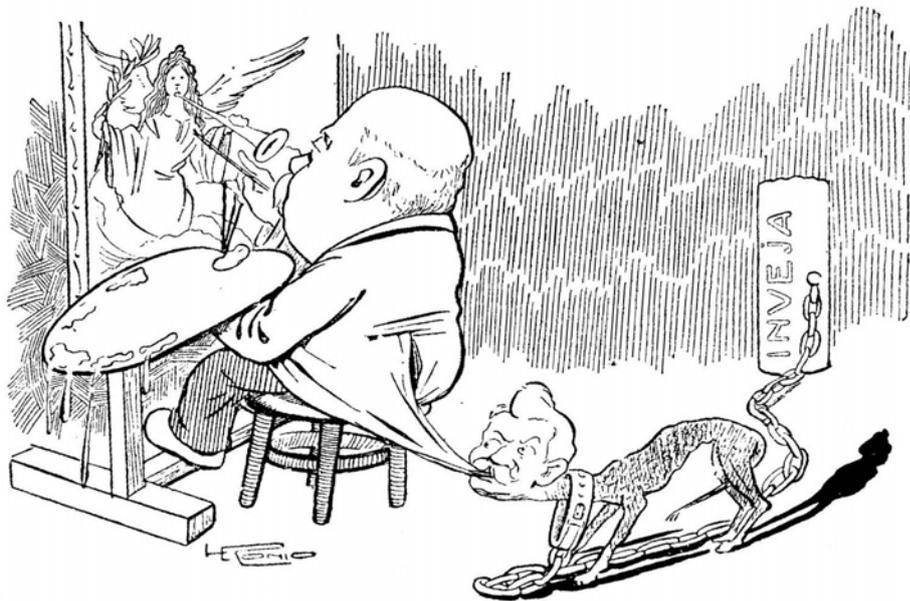
¹⁸ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

lado, os argentinos tratavam da questão racial brasileira; do outro, os caricaturistas brasileiros atacavam as pretensões de supremacia argentina, já que o Brasil do Barão era vitorioso. Nesta perspectiva, encontramos inúmeras charges brasileiras que retratam Estanislao Zeballos como um diabo militarista que pretendia jogar a Argentina em guerra contra o Brasil; e, ao mesmo tempo, que desenham o Barão como um anjo da Paz. Era colocada também uma voz “brasilófoba” em Zeballos, no *La Prensa* e no *Sarmiento*, desenhados pelos caricaturistas brasileiros como cachorros que ladravam à inveja que sentiam e Rio Branco.



QUADROS PARA A HISTORIA

Na comemoração do combate naval do Riachuelo o discurso do barão do Rio Branco foi um verdadeiro hymno de paz sul-americana. Entretanto, a imprensa argentina do Sr. Zeballos insiste em proclamar os intuitos guerreiros do nosso chanceler.—(*Dos jornaes*).



Vistos os - tos, cumpre-nos apresentar aos leitores o quadro do pintor da Paz e Concordia amolado pelo cerbéro do Rio da Prata...

ii

FANTASMA RIDICULO

MONTEVIDEÃO 15—E' por assim dizer geral a satisfação causada pela noticia da demissão do ministro argentino das relações exteriores, Dr. Zeballos. *La Razon* diz que assim terão termo todos os receios e prevenções e tudo concorrerá para estabelecer o fraternal accordo sul-americano. *El Telegrafo* cita, a proposito, o dictado : «Não ha mal que dure cem annos»—*Jornal do Commercio*.



Rio Branco: — Foi bom que o fizessem recuar : o louco estava ficando urioso e nos obrigaria a applicar-lhe a samisola de força!...

VISINHA TARASCA

La Prensa de Buenos Ayres occupa-se agora em demonstrar graphicamente a superioridade do Brazil, afim de estimular o governo argentino a metter-se em funduras de esquadra e armamentos.



— Señor gobierno ! La soberania nacional precisa de una gran escuadra, de una escuadra maior de todo el mundo ! Porque el Brazil tiene los buques maiores que los nuestros ? Quien es el Brazil ? Uno paiz de macacos ! E los macacos deben ser mejores que nosotros ?... No señor ! Caramba ! Caracoles ! He dicho !

iv

ECOS DO CARNAVAL



Manobras de um formidavel couraçado sob o commar.do de... D. Zeballos.
Como se vê, tem o dreadnought uma bella guarnição de... phosphoros !...

v

Os caricaturistas brasileiros chamavam a imprensa argentina de *zeballista*. Mas se essa imprensa realmente existiu, podemos também pensar na existência de uma imprensa *baronista*, pois na luta periférica das nações no Sul da América um grupo de intelectuais humoristas, que almejavam o “progresso” da nação, apoiavam as medidas “modernizantes” do *seu* Barão, assim como afirmava o personagem *Zé Povo*. Esse grupo era amplamente influenciado pelo “círculo do Barão”, de intelectuais orgânicos que permeavam a imprensa com os ideais de sua política externa.

Dessa forma, através da guerra da imprensa que, felizmente, nunca estourou nas armas, a disputa da supremacia na América do Sul se firmava, na qual “comunidades políticas” disputavam sua força. O apoio às aquisições militares era claro, assim como ao “sorteio militar”, que visava aumentar os quadros brasileiros. Não foi por outro motivo que o encouraçado Minas Gerais foi tão louvado pelas charges quando chegou ao Brasil. Era “confiar desconfiando” como diziam algumas delas. Ou armar-se para a paz, assim como “todos estavam fazendo”. Ranços de uma corrida imperialista, da “paz armada”, na América do Sul. E o apoio dos chargistas nesse momento se deu pela força da idéia de “nação” no imaginário desses homens. Raul Pederneiras, em discurso proferido em homenagem a Ângelo Agostini em 17 de junho de 1911, afirmou: “A febre intensa da imaginação levou mais longe as exagerações, hoje exagera-se tudo, chegando à perfeição de desmentir a sabedoria das nações”¹⁹.

O poder da imaginação para Raul era tamanho que ele sonhava em construir uma caricatura mais viva e mordaz, possivelmente continuando nas exagerações a nação. Independente de seus sonhos políticos, é interessante notar o que significa a nação para esses homens, uma verdadeira “sabedoria”. Marco Pamplona argumenta que até pelo menos a Grande Guerra a nação era *a priori*, incontestável, um fato. E se um fato era, quando esta obtivesse sucesso internacional o sentimento de alegria tomaria conta. Por isso, a nação “moderna” ou “civilizada” representada pela diplomacia do Barão foi vista como um verdadeiro triunfo, por isso também por ela valia criticar tão avidamente os vizinhos argentinos.

¹⁹ PEDERNEIRA, Raul. Apud. SINZIG. Op, cit. p. 03-04.

UMA ATMOSFERA DE CIVILIZAÇÃO: O “TIPO” BRASILEIRO

Um dos momentos chave para a compreensão do apoio dado à “modernização” do Brasil pelos caricaturistas foi o famoso debate de 1908 feito na *Fon-Fon!*, no qual um novo “tipo” caricatural brasileiro era buscado em substituição ao “já ultrapassado” índio, imortalizado por Ângelo Agostini²⁰. Este tema já foi abordado por Herman Lima e por Marcos Antônio da Silva, por isso, pode parecer ter-se esgotado. No entanto, os debates dos autores prenderam-se mais à negatividade do fracasso na escolha deste tipo caricatural, sendo para Lima a marca da falta desse “padrão” nacional e para Silva a demonstração que dessa dificuldade fez emergir a identidade do *Zé Povo* em separado do “tipo” Brasileiro²¹. Estes raciocínios são válidos, pois, de fato, nunca se conseguiu estabelecer o “tipo” caricatural brasileiro, mas o que nos interessa neste debate é menos o sucesso ou fracasso da discussão, e mais o porquê dela.

O que fomentou o debate, proposto em carta de Deodato Maia, foi esse tipo “positivo” de um país “culto”, tal qual o Brasil, e que aqui faltava. Porém o debate, segundo KLixto, já era antigo e travado entre ele, seus amigos e colegas, nas conversas que versavam sobre um país que há muito já demonstrava progresso diante das outras nações, tendo que esquecer a taba dos velhos caciques que nos representavam. KLixto propunha um concurso que percebesse menos a beleza do trabalho e mais a “síntese de nação” que ela trazia. A redação da *Fon-Fon!* argumentou que tentaria abrir o concurso, levando a questão a debate nas futuras edições, mas, desde já, afirmando que dois “tipos” tinham grande chance de vitória, o de J.Carlos e de Raul, bem parecidos, “[...] tipo imberbe, talvez descendente de caboclo, calça botas de altos canos, veste bombachas, tem um cinturão de fivela metálica, uma camisa ou blusa com o Cruzeiro do Sul no peito [...]”, sendo que a de Raul diferia pelo poncho no braço e chapéu de abas largas²².

O que se viu a partir daí foram cartas de caricaturistas tratando do assunto. A revista publicou somente as de J.Carlos, KLixto e Raul, mas já sabemos que o debate foi expandido para o jornal *Notícia* e que o caricaturista Amaro do Amaral (que publicava no

²⁰ Basicamente o debate se deu entre fevereiro e abril de 1908. Mais sobre o índio brasileiro ver o interessante catálogo da exposição *Do Guarani ao Guaraná*, ocorrida na FCRB entre 08 de fevereiro a 29 de abril de 2001, em texto escrito por Luiz Guilherme Sodré Teixeira.

²¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1963, v. 1 e SILVA, Marcos Antônio A. da. *Caricata república: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

²² “A representação caricatural do Brasil”. *Fon-Fon!*. 22 de fevereiro de 1908, ano 02, n 46.

Jornal do Brasil e na *Revista da Semana*) também enviou uma carta que não foi publicada, sem nenhum motivo aparente²³.

Podemos perceber que J.Carlos e KLixto apoiavam o novo “tipo” acaboclado (europeu misturado com ameríndio), vestido “civilizadamente” (branco europeu), mas mantendo o penacho, como comprovação de sua originalidade (índio). Já Raul não via no índio um atraso, evocando que nos Estados Unidos os velhos apaches apareciam como símbolo nacional em algumas manifestações. Contraditoriamente, na mesma época, sob o pseudônimo de O.I.S, Raul desenhou um Brasil “novo”, longe dos padrões indígenas, próximo do novo “tipo” caricatural que esses humoristas debatiam²⁴.

Mas o mais interessante do debate foi quando J.Carlos, escrevendo sobre um país que respirava “uma atmosfera de civilização”, argumentava que em agosto 1907 lançou seu “tipo” caricatural, em uma propaganda, n’*O Malho*. Tempos depois, segundo o desenhista, foi contemplado por J.Ramos Lobão, Storni e Leônidas, que com ele trabalhavam na revista, quando desenharam esse “tipo” por ele inventado²⁵. O ano desse surgimento poderia ter sido outro, mas foi 1907. Ademais, foi em agosto, época na qual Rui começava a se destacar na Conferência de Haia. A charge de Lobão, citada por J.Carlos, foi uma capa d’*O Malho*, na qual o Barão e Afonso Pena apresentam o “novo Brasil” ao mundo, representado pelos “tipos” nacionais da Inglaterra, Espanha, Itália, França e Alemanha. No diálogo, as nações perguntam a Rio Branco, Rui e Pena quem era aquele “forte, guapo e aguerrido mancebo”. No que Rio Branco respondeu que era o Brasil independente que ele tinha a honra de apresentar, completando: “Enfim, meus amigos, é o Brasil de hoje. Não é mais aquele caboclo nu, que vocês ridiculizavam. Das antigas penas só conserva as do...penacho, e presta homenagem à do Catete [presidente Afonso Pena]!...”²⁶.

Essa capa de Lobão é simbólica, pois além de ter sido feita no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, dizia ao “mundo” que agora “éramos” fortes e capazes de “sermos” apresentados ao “mundo civilizado”, a Europa. Também remete ao Barão como

²³ A carta de J.Carlos foi publicada em 29 de fevereiro de 1908; as de Raul nos dias 14 de março e 04 de abril do mesmo ano. Já a de Amaro foi prometida ser publicada no dia 18 de abril, mas ainda não encontrei tal carta.

²⁴ O.I.S. (Raul). *Fon-Fon!*. 22 de fevereiro de 1908, ano 02, n 46.

²⁵ J.Carlos corrigiu a descrição da *Fon-Fon!* sobre seu boneco, dizendo que ao invés da calça-bombacha, vestia uma calça listrada em verde e amarelo.

²⁶ J. R. Lobão. *O Malho*. 07 de setembro de 1907, n 260.

sendo aquele que apresenta o “novo Brasil”. Idéia esta defendida também por KLixto em charge na *Fon-Fon!*, de outubro de 1907, na qual um homem grande, gorducho, vestido de terno e com um penacho na cabeça, pede ao Barão que o abraçe, pois sentia-se cada vez mais convencido de que era um grande país. Era o “tipo” do Brasil, que ainda dizia: “Barão, venha de lá este abraço. Você é a causa de tudo isto”²⁷.



vi

KLixto parecia ter razão ao comentar que o embate do “tipo” caricatural brasileiro já estava sendo discutido. Não podemos saber se as discussões ocorriam também nos bares e cafés da cidade, onde os artistas estabeleciam sua rede de sociabilidade, possivelmente sim. Mas sabemos que nas revistas estabeleciam esta discussão e ela remetia diretamente aos sucessos da diplomacia do barão do Rio Branco²⁸. Em um momento de crise de identidade, os chargistas recriaram uma “comunidade política” brasileira, na qual o elemento do “moderno” estava presente. Eles sentiam fazer parte desse ambiente de “civilidade” e, reconstruindo uma identidade nacional, questionavam o “atraso” do Brasil “indígena”.

²⁷ KLixto. *Fon-Fon!*. 19 de outubro de 1907, ano 01, n. 28.

²⁸ Nesse espaço de sociabilidade, idéias e valores eram compartilhados e discutidos. Cafés, ruas, revistas, espaços de trocas e debates. Quem faz esta análise é: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Portanto, a discussão de 1908 é o ápice de algo que já vinha sendo travado desde, pelo menos, 1907, contextualizada em um momento, no qual estes caricaturistas buscavam discutir o “ser brasileiro” na “vitória” da pátria no exterior. No entanto, a análise tende a se tornar mais rica quando conseguimos criar uma ponte entre a produção dos caricaturistas e o público leitor, na qual podemos ver refletido certo compartilhamento deste sentimento de Brasil “moderno”.

O PÚBLICO-LEITOR: O ZÉ POVO CIDADÃO

Quando as revistas ilustradas “reapareceram”, nos governos civis – “estáveis” política e economicamente, dando também mais liberdade de expressão – trouxeram consigo uma nova concepção estética e tecnológica, exemplificadas nas fotos introduzidas pela *Revista da Semana* e pelas belíssimas cores que premiaram a *Careta* na Exposição Nacional de 1908. Lobato diz que este foi um momento de “Renascimentozinho caricaturesco” e que à época lançaram-se inúmeros periódicos. Mas para além da questão tecnológica, o autor nos lembra que estas revistas tinham que buscar mecanismos para “vingar” e “prosperar”, fazendo-se popular, utilizando políticos em evidência “com um diálogo em calão em baixo”²⁹.

Excluindo-se a concepção mais elitizada do próprio autor, que chega a dizer que a grande jogada d’*O Malho* foi satisfazer as estéticas ingênuas do “poviléu”, percebemos a necessidade empresarial da revista em alcançar o maior público possível. “Esta maravilhosa invenção trouxe para a revista os tostões de todos os guarda-freios da Central, todos os chefes de linha, todos os estivadores, carroceiros, motoristas ou porteiros ligados a algum paredro pelo fio do voto”³⁰.

Sem sombra de dúvidas, o voto era elemento importante para a construção de leitores das revistas, mas não eram somente os votantes que as liam, pois, por exemplo, se vê claramente o apelo às mulheres e crianças nas propagandas e colunas. O próprio Lobato sugere isso ao afirmar a amizade da revista com bandas de músicas, grêmios, sociedades, irmandades, que não necessariamente eram compostas de eleitores. Vale lembrar, por exemplo, as alusões ao 1º e 13 de maio nesses periódicos, com fotos das festas populares, ou a Festa da Penha, sempre caricaturada e lembrada nas revistas. O mercado das

²⁹ LOBATO, Monteiro. “A caricatura no Brasil”. In: *Idéias de Jeca Tatu*, 1951, p. 20.

³⁰ Id. Op, cit. pág. 20.

produções gráficas se ampliava para toda a população urbana do Rio de Janeiro, sendo difícil não se ter acesso a este produto.

Nessa perspectiva, se por um lado, podemos perceber as charges do início do século como produção das camadas médias urbanas³¹, por outro, fica difícil definir com precisão quem era exatamente seu público leitor. As possibilidades são múltiplas, perpassando classes, o que não significa dizer que todos podiam comprar jornais e revistas todos os dias, mas havia a possibilidade do contato, o que nos leva a pensar na amplitude que tais periódicos podiam alcançar. Se pensarmos nas propagandas que circulavam nestes canais de comunicação, vemos produtos desde remédios, passando por alimentos industrializados, até carros e outros produtos importados. Em jornais como o *Jornal do Brasil*, principalmente nos domingos apareciam inúmeras notícias de empregos nos “classificados”, inclusive para amas-secas e de leite e outros trabalhos “não qualificados”, assim como aluguéis de quartos e casas de cômodo. As propagandas e classificados misturavam-se às caricaturas e dialogavam com esse público amplo. O que de longe transformaria a imprensa em um espaço igualitário, pois há claros ranços de preconceitos raciais e classistas nestes mesmos anúncios, no entanto relaciona mais a imprensa com o “poviléu” de que Lobato falava. Em outras palavras, não reduz este público à elite carioca, estendendo suas informações à um público maior, inclusive ao núcleo mais pobre do Rio de Janeiro³².

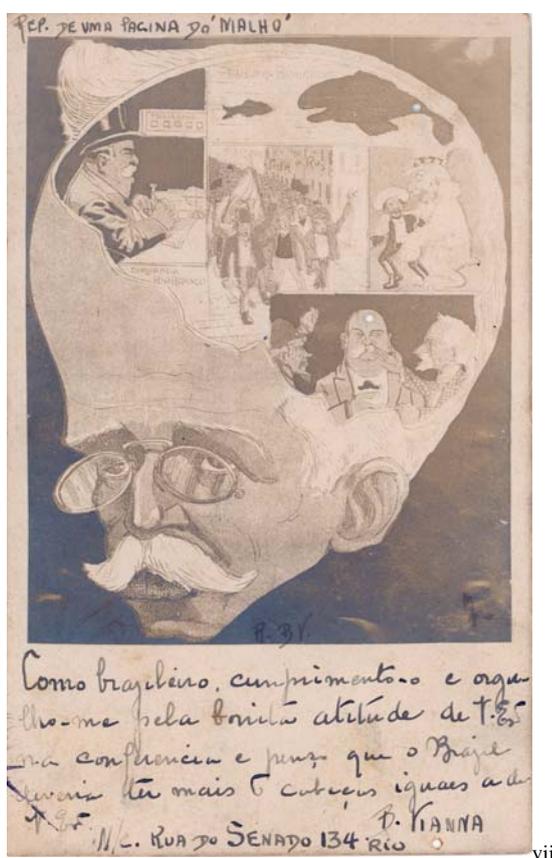
Em vista da dificuldade em estabelecer o público leitor do início de século XX, prefiro relacioná-lo ao personagem mais popular da época, o “herói anônimo”, o *Zé Povo*. Sua figura ambígua, indeterminável na estrutura de classes – pois, sem traço físico nem ideológico preciso, poderia corresponder ao pequeno burguês da rua do Ouvidor, como ao estivador – cativava e atraía esse indefinível público. O *Zé Povo* permaneceu por décadas

³¹ *Alter ego* da classe média, como afirma Luiz Guilherme Sodré Teixeira, em *Sentidos do humor, trapaças da razão*, 2005.

³² Penso em ranços de escravidão ao olharmos as palavras que iniciam os classificados, como “alugam-se” crianças de 10, 12 anos para trabalho doméstico. Então percebemos que havia o trabalhador que se “alugava” e aqueles agenciadores que “alugavam” os trabalhadores (além das crianças, eram presença notória as imigrantes que chegavam aqui em busca de qualquer trabalho, se “vendendo” para casas ou como amas-secas).

na imprensa, na qual encontramos traços do personagem até hoje, o que demonstra sua popularidade³³.

Dependências e trocas simbólicas serviam tanto para criticar o regime estabelecido e os políticos, como para louvá-los, como foi o caso de Haia. Exemplifico isso com a charge abaixo, cujo original de Alfredo Storni apresenta o Zé pedindo a Rui e ao Barão que continuem com a diplomacia estabelecida em Haia e que não saberia o que fazer com seus representantes caso eles fracassassem. Uma reprodução desta imagem foi dada a Rui Barbosa por alguém chamado B.Vianna, com o seguinte texto: “Como brasileiro cumprimento e orgulho-me pela bonita atitude de V.Ex^a. na conferencia e penço [sic] que o Brazil deveria ter mais cabeças iguais a de V.Ex^a”³⁴.



Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de 1913, *povo* é o conjunto de pessoas que estão submetidas a uma mesma lei, ao mesmo tempo que podia significar a

³³ A análise mais profunda do *Zé Povo* é de Marco Antônio Silva, em *Caricata república*, observando as ambigüidades e sonhos do Zé e sua relação de dependência e trocas simbólicas com o público leitor e com o poder.

³⁴ Sobre Haia há também uma caricatura feita com as iniciais de Rui Barbosa dada ao jurista por Carlos de Viveiro. *Arquivo Rui Barbosa* – rb-rbic 933.

população mais pobre³⁵. E esse é o *Zé Povo* “cidadão”, um grupo enorme de pessoas que a República tentava abarcar, mas que nem sempre fazia, podendo ser votante ou não. Mantendo a relação entre o personagem e o público, penso que a “cidadania política” se amplia para além do voto e da “estadania”, pois se o Estado restringia a participação popular, canais alternativos emergiam buscando representatividade cidadã, de forma ativa e participativa, como a imprensa³⁶. O *Zé Povo* sentia-se “pai” do Barão e de Rui em Haia. Uma verdadeira “atmosfera” de progresso pairava na mente desses homens, que mesmo sentindo-se oprimidos por um regime republicano excludente, viram no sucesso de um “Brasil moderno” motivos de comemoração³⁷.

Assim sendo, vemos que acima do regime e dos mecanismos de controle do Estado, existia um sentimento de pertencimento a uma nacionalidade, a uma “comunidade política”, à qual os governantes deveriam estar submetidos, trabalhando para o “progresso” da nação. Na “modernidade” brasileira, os intelectuais orgânicos propagavam a idéia de que o Brasil estava em um novo tempo, progredindo. Esse discurso ecoava aos caricaturistas, por isso eles acabaram redefinindo o “ser brasileiro”, o que se comprova em figuras como o *Zé Povo* e o “tipo caricatural” do Brasil. Mediando o oficial e o popular, os chargistas passavam para seus leitores as idéias de “civildade”, “nacionalismo” e “cidadania”, inventando uma “comunidade política” brasileira. Mas junto ao “propagar idéias”, como afirmava Sinzig fazerem os caricaturistas, havia um compartilhamento de sentimentos com o público-leitor. E é nesse “compartilhar” que encontramos nas fontes caricaturais as idéias e pensamentos das camadas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX. Como afirmava o próprio Sinzig: “Formam até mesmo as caricaturas farto manancial de consulta para o historiador, que nela encontra por elas registrado tudo quanto na época respectiva mais fortemente haja preocupado os espíritos”³⁸.

³⁵ POVO. In: FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*, 1913, p. 432.

³⁶ José Murilo de Carvalho em seu texto “Cidadania: tipos e percursos”, de 1996, reflete sobre as novas possibilidades de percepção da cidadania política. É dele também a abordagem da “estadania” como forma de participação no Estado brasileiro, que não seria uma participação ativa, mas se apropriando do Estado para satisfazer demandas privadas.

³⁷ Duas charges n’*O Malho* falaram sobre o Barão e Rui Barbosa sendo “filho” do *Zé Povo*. São elas: Storni. *O Malho*. 14 de setembro de 1907, n 261 e J. R. Lobão. *O Malho*. 28 de dezembro de 1907, n 276.

³⁸ SINZIG, op cit. p. 93.

A CARICATURA COMO DOCUMENTO

Uma idéia que se propaga facilmente nas reflexões sobre a charge e a caricatura é a de que ela é uma fonte essencialmente transgressora. O humor como função social teria como base dizer aquilo que não está escrito no mundo da “ordem”, derrubando as máscaras do poder. De fato, ela não é errônea, principalmente quando pensamos em momentos de forte opressão como repressões policiais, guerras e ditaduras, como foi na repressão aos movimentos populares de novembro de 1904.³⁹ Não pretendo romper com esta idéia, mas ao desnaturalizá-la penso no papel importante da opção política dos chargistas para a compreensão do documento “caricatura”. No início do século XX percebemos um momento de aproximação do humor com a “ordem”. E isto se deu, pois as demandas daquele grupo estavam sendo alcançadas. O que não significa dizer que apoiaram todas as medidas “modernizantes” do Brasil.

Aproximações com o poder e afastamentos dele, isto é o que encontramos nas caricaturas. E esta é a riqueza dessa documentação, pois, ao percebermos nelas as suas contradições, vemos também parte dos anseios e percepções de mundo dos leitores das charges. Sendo assim, é impossível determinar nesse humor uma desilusão completa com o regime republicano vigente, ou uma sátira cortante; nem mesmo localizarmos no público leitor somente o sofrimento. “O Amplexo” significa um forte abraço, que foi desenhado por Bambino na volta de Rui Barbosa de Haia⁴⁰. Na charge o Barão pede a Rui que lhe dê um abraço, em volta o povo conclama os dois. Anseios de um povo que estava na periferia das nações, em um mundo no qual o patriotismo era a palavra chave, e que pela primeira vez se via protagonista de algo internacional. Triunfos de um Brasil moderno, que logo ruiriam com o calvário da Grande Guerra e com a crise da Primeira República brasileira a partir de meados da década de 1910, principalmente depois da conturbada eleição que polarizou a imprensa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca.

³⁹ Sinzig diz que estas críticas ao poder podem ser consideradas como o pior tipo de produção dos caricaturistas. No entanto, ainda quando fala da repressão policial, o autor lembra da revolta de 1904, dizendo que foram feitos “inúmeros desenhos mais ou menos felizes”, como conservadoramente observa o Frei, ou seja, de apoio a iniciativa higienizadora de Osvaldo Cruz.

⁴⁰ Bambino. *Jornal do Brasil*. Domingo, 05 de janeiro de 1908, ano 18, n. 05, p. 08.

O AMPLEJO



— Venha de lá esse abraço, seu Ruy! Olhe que você sabia melhor que a encômenda. Bravo! Bravissimo!...

viii

ÍNDICE ICONOGRÁFICO

- i Leônidas. *O Malho*. 31 de outubro de 1908, ano 07, n 320.
- ii Herônio. *O Malho*. 20 de junho de 1908, n 301.
- iii Storni. *O Malho*. 20 de junho de 1908, n 301.
- iv Storni (?). *O Malho*. 15 de agosto de 1908, n 309.
- v Guido. *O Malho*. 12 de fevereiro de 1910, ano 09, n 387.
- vi KLixto. *Fon-Fon!*. 19 de outubro de 1907, ano 01, n 28.
- vii Original: Storni. *O Malho*. 31 de agosto de 1907, n 259. Reprodução: assinado por B. Vianna. *Arquivo Rui Barbosa*. rb-rbic 1068.
- viii Bambino. *Jornal do Brasil*. Domingo, 05 de janeiro de 1908, ano 18, n 05, p. 08.

ARQUIVOS E ACERVOS PESQUISADOS

Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa

Acervo Plínio Doyle

Acervo Rui Barbosa

Acervo São Clemente

Arquivo Rui Barbosa

Biblioteca Nacional

Acervo de periódicos microfilmados

Acervo de periódicos digitalizados (disponível em: www.bn.br)

Instituto Moreira Salles

Acervo José Ramos Tinhorão (disponível em: <http://ims.uol.com.br/ims/>)

Acervo Humberto Franceschi (disponível em: <http://ims.uol.com.br/ims/>)

PERIÓDICOS RELACIONADOS

Careta. Rio de Janeiro: Kósmos, 1908-1960.

O Diário. Rio de Janeiro: Kósmos, 1908-?

Fon-Fon!. Rio de Janeiro: [s.n], 1907-1958.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n], 1891-.

O Malho. Rio de Janeiro: O Malho, 1902-1954.

Revista da Semana. Rio de Janeiro: [s.n], 1900-1959.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Ática: São Paulo, 1989.

AZEVEDO, Cecília. "Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão". In:

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1961a. v 7.

_____. *Vida Urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1961b. v 11.

BOTELHO, André. “Circulação de idéias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty”. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, n. 35, p. 1-32, 2005. (disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>)

BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. t. 3, v. 9.

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-21, 1996. (disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>)

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1913.

FRANÇA, Tereza Cristina. “Estanislao Zeballos e o Brasil: sintonias e antinomias”. Seminário Internacional *VIII Jornadas de la Asociación Argentina de historia de las relaciones internacionales*. Realizado na Universidade de Buenos Aires entre 22 e 24 de outubro de 2003.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1963. 4 v. _____ . *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1950.

LOBATO, Monteiro. “A caricatura no Brasil”. In: *Idéias de Jeca Tatu*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a república no Catete*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1989.

PAMPLONA, Marco Antônio. “Ambigüidades do pensamento latino americano: intelectuais e a idéia de nação no Brasil e na Argentina”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 32, p. 1-32, 2003. (disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>)

_____. “A questão nacional no mundo contemporâneo”. In: FILHO, D. Aarão Reis, FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo das dúvidas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Pedro Krause. “*Nas palminhas: charges sobre Rui Barbosa em Haia*”. *Revista Achegas.net*. ano 5, n 35, maio./jun, p. 64-81, 2007. (disponível em <http://www.achegas.net>)

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística do dilema brasileiro: da belle époque aos primeiros tempos do rádio (1900-1930)*. Tese (Livre-Docência em Teoria da História) – História, USP. São Paulo, 2000.

SILVA, Marcos Antônio A. da. *Caricata república: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SINZIG, Frei Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.

TEIXEIRA, Luis Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001. (Papéis Avulsos, 38)

_____. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005. (Coleção FCRB, Estudos, 2)

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A constituição da República – projetos e discursos no Congresso

Constituinte de 1890.⁴¹

Márcio Verani

No cenário político brasileiro das últimas duas décadas do século XIX observa-se um crescimento considerável das críticas ao regime monárquico, seja considerando-o incompatível com o ambiente republicano e presidencialista das Américas, seja atacando a própria figura do Imperador e seu “poder pessoal”, que possibilitava ao monarca dissolver câmaras e convocar ministérios, mesmo quando não apoiado pela maioria parlamentar, assim como nomear os presidentes de províncias; seja ainda repudiando a centralização político-administrativa, e defendendo a federação como alternativa à organização estatal. O movimento republicano tomava vulto, tanto entre setores agrários, ligados à grande economia de exportação, quanto nos centros urbanos (especialmente na Corte), onde contava com a participação, principalmente, de profissionais liberais, e tinha no Manifesto Republicano de 1870 (cujos signatários ficaram conhecidos como “republicanos históricos”) seu marco inicial. Neste contexto, diversas correntes políticas desenvolveram-se, cada qual com suas propostas, influências e força política distintas, criticando em variados pontos o regime e postulando mudanças mais ou menos radicais.

Na pesquisa da qual este texto é resultado buscou-se identificar a atuação destas correntes na Assembléia Constituinte de 1890-91, onde foi discutida e votada a primeira Constituição republicana do país, a partir do projeto apresentado pelo Governo Provisório. A leitura das atas daquela Assembléia possibilitou perceber, nos discursos parlamentares, as propostas e idéias dos diferentes grupos que ali se faziam representar, apesar das divergências inerentes a cada um deles. Apresento a seguir, sumariamente, os grupos que mais se destacaram nas discussões constituintes, para depois avaliar sua posição, através dos discursos de deputados e senadores, sobre os temas debatidos.

Uma primeira corrente, identificada em grande parte aos cafeicultores paulistas, defendia um liberalismo conservador que possibilitasse a autonomia dos interesses econômicos frente à ação do Estado, reagindo assim contra a intervenção do poder central e afirmando a supremacia dos interesses locais frente à União, através de uma demanda federalista radical. Com o fim da escravidão este grupo recebeu a adesão em massa da

⁴¹ Trabalho orientado pelo pesquisador Christian Lynch.

aristocracia rural que ainda apoiava de alguma forma a monarquia, rompendo-se então definitivamente o vínculo que era a principal base de sustentação do regime, e a República – desde que federalista – passou a figurar como único meio de reação ao “despotismo” da Coroa.

A principal referência teórica aqui era Spencer, cuja idéia de progresso, baseada no darwinismo social e no cientificismo, servia perfeitamente ao discurso liberal conservador, com sua visão estritamente econômica de liberdade, em detrimento de possíveis garantias sociais. O papel do Estado seria unicamente garantir a livre concorrência, e as “leis naturais da evolução” moldariam o desenvolvimento da sociedade, selecionando os indivíduos mais aptos e condenando os inferiores à sua própria sorte. Na mesma linha era a influência de Alberdi, ideólogo argentino que formulara uma organização institucional profundamente elitizada, onde a participação política fosse restrita a um grupo privilegiado, efetuando assim o divórcio entre liberdades civis (cujo exercício seria extensivo a todos) e liberdades políticas. Desta forma, Alberdi estabelecia a coexistência de duas repúblicas: uma aberta, onde todos os cidadãos têm direito às liberdades civis, outra restritiva, onde apenas uma minoria capacitada poderia exercer os direitos políticos.

Os principais representantes desta corrente na Constituinte foram Campos Sales, Francisco Glicério (ambos também ministros do Governo Provisório), Bernardino de Campos, João Barbalho, Leopoldo de Bulhões e outros.

Outra corrente que se destaca é a que defendia um liberalismo clássico, sob influência de Stuart Mill, preconizando um federalismo moderado que garantisse a autonomia das províncias (estados), mas sem desfazer de um poder central com força suficiente para impor os interesses gerais sobre os locais. Era um grupo de caráter eminentemente urbano, que teve em Rui Barbosa, apesar de sua pequena participação nas discussões, seu mais incisivo representante na Constituinte, seguido por Anfilóbio de Carvalho e José Higinio, entre outros.

A terceira corrente com participação substancial naquele Congresso era a mais heterogênea: a positivista, que tinha em suas fileiras desde os ortodoxos do Apostolado (Miguel Lemos e Teixeira Mendes à frente), passando pelo grupo das academias militares, tendo Benjamin Constant como líder, até o positivismo do Rio Grande do Sul, representado na Constituinte principalmente pelos deputados Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro.

Os ortodoxos não tiveram participação direta no Congresso, mas puderam enviar uma representação onde dispunham sobre as “bases de uma Constituição política ditatorial

federativa para a República brasileira”, nos moldes dos ensinamentos de Augusto Comte. Além dos rio-grandenses, marcaram presença na Constituinte dois representantes do grupo militar: Lauro Sodré e Barbosa Lima, o primeiro identificado com os liberais conservadores na defesa intransigente das autonomias locais, o outro mais preocupado com as liberdades de pensamento e religiosa, temas caros à ideologia positivista.

Outros grupos atuantes naquela época tiveram pouca (ou nenhuma) participação na Constituinte republicana: assim os monarquistas, alijados da cena política pelo novo regime, e os parlamentaristas, que embora contassem com um ou outro congressista disposto a defender o antigo sistema, não tinham força bastante para se impor significativamente.

Deste modo, os debates parlamentares foram marcados, de maneira geral, pelo posicionamento destes três grupos, sendo nítida a oposição entre os liberais conservadores e os “clássicos”, sobretudo na questão maior da organização federativa, na qual os positivistas, especialmente os gaúchos, estavam ao lado dos primeiros, defendendo não apenas a autonomia dos estados, mas sua própria soberania, concorrendo com a soberania da União, ao passo que os liberais urbanos tentavam assegurar, ao contrário, um mínimo de autoridade centralizada, contra uma federalização excessiva.

Esta divisão, entre federalistas que davam primazia à União e ultra-federalistas que defendiam a soberania dos estados, está presente em grande parte das discussões da Constituinte, refletindo a centralidade do conceito de federalismo, com suas várias interpretações, na nova organização do país. Reflete ainda uma outra divisão, entre os representantes dos estados do norte, geralmente defensores da corrente mais moderada, e os dos estados do sul, em grande parte identificados com o ultrafederalismo.⁴²

Esta dualidade fica clara na primeira importante discussão daquele Congresso, a respeito da discriminação das rendas – questão que muitos apontam como a principal a ser

⁴² Vale lembrar que o “norte”, na época, abarcava também a atual região do nordeste, assim como o “sul” incluía os atuais estados do sudeste. É também necessário registrar que estas oposições entre norte/ sul e federalistas/ ultrafederalistas não obedeceram, na prática parlamentar, a um padrão rígido. Era comum que um representante do norte adotasse posições federalistas radicais, e, ao contrário, que outro do sul defendesse uma visão mais moderada. Da mesma forma, não era raro um mesmo congressista pender para o lado mais descentralizador em uma questão, e, em outra, firmar posição em favor da União. Contudo havia uma tendência geral que permitiu a sistematização daquelas oposições, a bem do próprio andamento da pesquisa.

tratada, resumida na frase do deputado Meira de Vasconcelos: “a federação é a discriminação das rendas”.⁴³

Os representantes do norte acusaram o projeto do Governo Provisório de favorecer os estados do sul com a divisão de impostos estabelecida entre União e estados, a qual não estaria de acordo com a verdadeira idéia de federação, alguns alertando que se assim dispusesse a Constituição, os estados do norte ficariam em pior situação do que no tempo da monarquia. Rosa e Silva, deputado por Pernambuco, adverte que a discriminação das rendas contida no projeto estabelece “para uns a opulência, para outros a ruína”, e observa ainda que “os nobres representantes [de S. Paulo] não podem contestar que formam o estado mais próspero da União, e todavia são exatamente os mais beneficiados pela discriminação que se vai fazer”.⁴⁴ O alagoano Oiticica, por sua vez, produz a seguinte metáfora: “O sangue na vida dos povos é o dinheiro [...]. Em relação aos estados do norte pode-se dizer que este sangue esvaiu-se pela discriminação das rendas estatuída na Constituição”.⁴⁵

Já a representação do Rio Grande do Sul apresenta, através de Júlio de Castilhos, um emenda que institui a completa separação de rendas entre estados e União, quando o projeto previa impostos concorrentes (que poderiam ser cobrados pelos estados ou pela União), além dos exclusivos (que só poderiam ser cobrados pela entidade federativa que a Constituição definisse). Esta emenda é defendida por uns (geralmente representantes do Rio Grande ou de São Paulo) como o único meio de se estabelecer a federação, enquanto outros a criticam com veemência, como o deputado Costa Júnior (“o plano rio-grandense coloca a União na dependência dos estados [...] Os nobres representantes, verdadeiros idólatras da federação, pregam doutrinas que a ferem de morte”)⁴⁶, e o senador Ubaldino do Amaral (“estou convencido de que com as emendas apresentadas pelos meus amigos do Rio Grande do Sul não podemos ter União”)⁴⁷.

Outra questão de grande importância no debate federalista foi a que se referia à organização da magistratura, e as posições se repetem: uma que defende a unidade (um poder judiciário centralizado, federal, acima dos judiciários estaduais) e outra pela

⁴³ ANAIS do Congresso Nacional – 1890-91, vol.1, p. 245.

⁴⁴ Idem, p. 228.

⁴⁵ Idem, p. 236.

⁴⁶ Idem, vol.2, p. 580.

⁴⁷ Idem, vol.1, p. 270.

dualidade, tendo os estados seus poderes judiciários autônomos em relação à justiça federal. Aqui os discursos de Anfilófilo e José Higino, representantes, respectivamente, de Bahia e Pernambuco, são exemplares da visão que entende só haver uma soberania na ordem institucional – a da União. Anfilófilo advertia que, se houvesse dualidade, os juízes estaduais seriam, “antes de tudo, agentes eleitorais, empreiteiros de eleições, instrumentos dos governos e dos partidos locais”.⁴⁸ Ele não foi o único, aliás, que previu o risco do modelo de federação contido no projeto, que, aliado à fraudulenta legislação eleitoral, permitiria desmandos e abusos por parte de autoridades locais.

Por outro lado, os ultrafederalistas têm em João Barbalho o defensor mais enfático da soberania dos estados, quando afirma que, na federação, “os poderes que ficam pertencendo à União não podem deixar de ser restritos”, pois “os poderes em maior soma são os que ficam reservados aos estados, por que são estes que tiram da sua autonomia as parcelas que conferem à União”,⁴⁹ numa lógica que Campos Sales reafirma ao dizer que “não há mais sentido na distinção entre federação e confederação”.⁵⁰ Ou seja, deve-se esvaziar ao mínimo possível o poder central, formando-se uma reunião entre estados soberanos, como no modelo confederado. Ainda Campos Sales, evitando uma argumentação mais elaborada, tenta desqualificar a posição contrária:

Aparto-me das sutilezas que acompanham as definições escolásticas para dizer que a soberania é a independência, é a ausência de subordinação [...]. Consiste, portanto, no direito que tem o estado, como personalidade política, de exercer livremente sua ação, nos domínios de sua competência [...] Não posso conceber poder político sem soberania.⁵¹

Ao que José Higino responde: “O poder pode ser autonômico e não ser soberano. Não é isto uma questão de palavras”, e completa: “A União é uma entidade distinta dos estados e superior aos estados [...] é, pois, rigorosamente certo que os estados recebem a lei de um poder que está acima deles”.⁵²

Também o senador Amaro Cavalcanti, do Rio Grande do Norte, defende a soberania única da União, e, recebendo o aparte de um colega, que o acusa de “desconhecer a soberania dos estados na União”, rebate: “Não, não aceito a teoria do nobre

⁴⁸ Idem, vol. 2, apêndice.

⁴⁹ Idem, p. 147.

⁵⁰ Idem, p. 108.

⁵¹ Idem, ibidem.

⁵² Idem, ibidem.

deputado; em uma federação não há estados soberanos, estes têm e exercem a autonomia de poderes, que lhes são reservados nos limites da Constituição. O soberano único é o povo, a nação”.⁵³

Dentro desta discussão encontra-se o tema da competência do Supremo Tribunal Federal, que, para os defensores do federalismo moderado, teria papel decisivo na nova organização política, assumindo de certa forma a função do Poder Moderador no sistema imperial, de garantir o equilíbrio e manter o correto funcionamento das instituições. Novamente é Anfilófiu quem expõe com clareza a questão:

O que acontecerá de agora em diante, com o sistema do projeto, que abandona de todo a interpretação das leis a tantos juizes e tribunais diferentes, sem nenhuma ligação hierárquica entre si, sem a essencial subordinação a um centro comum, que tenha a seu cargo corrigir a diversidade, dirimindo os conflitos? [...]

Útil em todos os países, para garantir a aplicação regular e uniforme do direito, a instituição de um Supremo Tribunal Federal é indispensável em um Estado federal.

Sem este vínculo necessário, que liga todas as jurisdições, as paixões locais (atenda bem o Congresso), as rivalidades políticas, a luta dos interesses, os sentimentos e os costumes dos estados federados reagiriam rapidamente contra a justiça, e a unidade da lei desapareceria diante das interpretações contraditórias da jurisprudência.⁵⁴

Como complemento a esta questão da organização judiciária, havia o tema da unidade ou pluralidade de legislação. Novamente a mesma divisão, com os federalistas moderados pedindo a unidade (ou seja, a possibilidade de os estados legislarem apenas sobre temas restritos, com competência reduzida), e os ultrafederalistas a favor da pluralidade (estados com competência ampla para legislar, inclusive sobre matéria criminal, civil e comercial, podendo elaborar seus respectivos códigos). Leopoldo de Bulhões, defendendo a segunda visão, considera que “a unidade do direito entre nós é uma ficção e não pode deixar de sê-lo, porque as leis são a consagração dos costumes, e estes não são, não podem ser, uniformes em toda a República”.⁵⁵ A pluralidade de legislação seria o complemento lógico, nesta ótica, da dualidade da magistratura, assegurando em definitivo a autonomia (ou melhor, a soberania) dos estados em relação à União.

⁵³ Idem, vol.1, p.163.

⁵⁴ Idem, vol. 2, apêndice.

⁵⁵ Idem, p. 44.

Ao final das discussões, foram aprovados os sistemas apresentados no projeto, a dualidade da magistratura com unidade de legislação, como um meio termo entre as duas posições federalistas.

Mas o projeto sofreu uma de suas mais profundas modificações na questão das terras devolutas, que passaram a ser propriedade dos estados, quando inicialmente pertenceriam à União, podendo apenas ser cedidas àqueles para os casos de colonização de estrangeiros e ex-escravos. Os interesses dos grupos locais não permitiram o que para eles seria uma reminiscência dos tempos de centralização e um ataque a seu direito de propriedade.

Algumas discussões foram marcadas pela participação da bancada positivista, que, apesar de heterogênea, esteve unida em algumas questões que lhe eram especialmente importantes. Sobre o voto feminino, por exemplo, foram enfáticos em negar tal direito às mulheres, recorrendo ao ideal comteano em que elas são a base moral da família (e por consequência, da sociedade), e não deveriam, portanto, participar da vida pública sob o risco de descuidarem de seus deveres sagrados e comprometerem a própria harmonia social. Lauro Sodré assim explicita a relação entre sua filiação ideológica e a posição que assume nesta questão: “Nesta questão só obedeco aos princípios de uma doutrina filosófica que adota como um de seus lemas e axiomas que a mulher é a providência moral da família, que o homem deve ser o amparo e a proteção para a mulher”.⁵⁶ Também Barbosa Lima utiliza o argumento positivista de que “a mulher tem o sentimento, que a torna superior ao homem”,⁵⁷ e que seria desvirtuado caso ela fosse envolvida no jogo político, palco de intrigas e de interesses incompatíveis com sua natureza pura e elevada. Outros argumentos contrários à participação política das mulheres eram menos refinados, demonstrando francamente o patriarcalismo dominante. Coelho e Campos, por exemplo, ao ser inquirido sobre a questão, responde sucintamente: “é assunto de que não cogito. O que afirmo é que minha mulher não irá votar”.⁵⁸

Os positivistas ainda tiveram ação decisiva acerca da relação entre Estado e Igreja, defendendo a possibilidade da subvenção de cultos pelos estados e atacando a obrigatoriedade do casamento civil e a secularização dos cemitérios, com a justificativa de que estas medidas afrontavam a liberdade de pensamento. Interessante observar que assim

⁵⁶ Idem, p. 242.

⁵⁷ Idem. p. 257.

⁵⁸ Idem, p. 299.

se colocavam ao lado do grupo de parlamentares católicos, que defendiam os interesses da Igreja e temiam o ateísmo do Estado. César Zama, talvez o mais atuante deste grupo, agradece “aos ilustres sectários das escolas positivista e comtista, que aqui têm assento, o auxílio leal, sincero e valioso que eles têm prestado a nós outros, que temos defendido os direitos dos católicos”.⁵⁹ Vale lembrar que a ideologia positivista tinha como um de seus dogmas o Estado laico, e considerava a si própria, com sua “fé científica”, substituta histórica do catolicismo, que estaria falido na sua função de atender aos anseios da humanidade. A defesa comum daqueles pontos atendia, portanto, a interesses diversos: os positivistas mantinham sua coerência em relação à completa liberdade de pensamento e expressão (pressuposto para o advento definitivo do próprio positivismo), enquanto os católicos, embora aceitassem a separação entre Igreja e Estado, temiam a radicalização de uma posição que qualificavam de anti-religiosa.

É preciso lembrar também que praticamente não houve resistência ao presidencialismo, muito menos ao próprio federalismo. Como vimos, a discussão central foi sobre o modelo de federalismo, e aí foram muitas as divergências. Mas que a República se fez para ser federalista não houve quem contestasse. O presidencialismo é também aceito sem dificuldades: dois ou três oradores ainda fazem a defesa do sistema parlamentar, reconhecendo, todavia, que ele não tinha lugar naquelas circunstâncias. Aqui se nota a força do exemplo norte-americano, com a adoção quase incontestada de suas instituições políticas. Houve, é bem verdade, muitas críticas à “cópia servil” daquele modelo, mas que pouco afetaram o resultado final da Constituição. A opção maciça pelo presidencialismo foi talvez o principal reflexo da influência americana, e, ao mesmo tempo, demonstra a consciência, por parte dos construtores da República, da necessidade de, embora se instituindo a federação, conservar um poder central com força suficiente para garantir a ordem social.

Além dos temas constitucionais, uma outra questão ocupou boa parte dos discursos parlamentares: a própria atribuição do Congresso Constituinte, em sua relação com os atos do Governo Provisório. A polêmica era sobre quem teria a capacidade de legislar sobre matéria ordinária (não constitucional): se o Legislativo, recém constituído, a princípio com atribuição exclusivamente constitucional, ou o Executivo, que vinha governando por decretos desde o 15 de novembro, mas que, a partir da reunião do Congresso, não teria

⁵⁹ Idem, p. 613.

mais poder para tanto, embora continuasse a decretar normas, especialmente sobre a organização dos estados.

Este debate, produzido em torno de várias moções apresentadas – a favor e contra os atos do Executivo de natureza legislativa – reflete o descontentamento de parte do Congresso com o Governo Provisório, por um lado, e por outro institui ainda uma vez a separação entre aqueles que defendiam desde logo a liberdade dos estados de se organizar, elaborando as Constituições locais antes mesmo de promulgada a Constituição Federal, e os que condenavam tal situação como uma afronta ao poder soberano que o Congresso representa. À medida que o governo continua a expedir decretos, aumenta o descontentamento dos partidários da atribuição legislativa do Congresso, que chega ao limite quando, já ao final dos trabalhos constituintes, é assinado um acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre exportação, cujas conseqüências são consideradas catastróficas por aquele grupo. Segundo eles, o governo deveria ter pedido autorização ao Congresso para a celebração do ato, que, sem isso, tornava-se discricionário, oriundo de um Poder que na realidade não possuía tal atribuição, comprometendo a economia nacional com uma isenção desigual das taxas de exportação entre os dois países.

Ao finalizar a leitura das atas, foi possível obter uma visão geral dos temas, das discussões, dos interesses em jogo, e avaliar o significado político daquele Congresso, que inaugurava a República federativa no Brasil. Comparando o texto final da Constituição promulgada, com aquele do projeto apresentado pelo Governo Provisório, vêem-se poucas modificações. As propostas mais descentralizadoras (ultrafederalistas) foram rejeitadas e, à primeira vista, tínhamos uma Carta de caráter mais moderado que radical. A prática política das décadas seguintes, no entanto, confirmou a força das oligarquias estaduais; a divisão das rendas de fato colocou os estados do sul em superioridade em relação aos do norte, consolidando as desigualdades regionais, e mesmo o Supremo Tribunal Federal, que deveria agir como árbitro institucional, teve seu papel esvaziado pelas redes de influências políticas organizadas em prol dos poderes locais.

Alguns congressistas percebiam este movimento (que, afinal, já estava explícito nos argumentos ultrafederalistas), e buscavam alertar para a fragilidade de uma organização política assim instituída. Rui Barbosa, em seu incisivo discurso, pôde observar:

Nesse senhorio que a aspiração descentralizadora assumiu agora sobre os ânimos entre nós, começa a se revelar uma superexcitação mórbida, que nos turba a lucidez do senso político [...] Grassa por aí, senhores, um apetite desordenado e

doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína da reforma federal.⁶⁰

E Zama, que além de defender a Igreja, era um dos mais contundentes críticos do Governo Provisório, por sua vez apontava diretamente para a questão eleitoral como o mais grave fator de desequilíbrio institucional, numa previsão do que viriam a ser as eleições durante a República Velha:

É triste dizê-lo, mas para muita gente a questão não é de uma boa organização dos estados, e menos ainda do futuro da federação; a questão é uma e única: manter um processo eleitoral, reconhecidamente imprestável, mas que garante a eleição de governador certo e determinado”.⁶¹

Se os debates parlamentares propiciaram um relativo equilíbrio entre as duas correntes federalistas, refletido no texto constitucional, a realidade política do país pendia claramente para uma descentralização mais profunda, onde as oligarquias tinham o poder de definir os rumos da nação, a partir de seus próprios interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANAIS do Congresso Nacional – 1890/91. Imprensa Nacional, 1891.

BARBOSA, Rui. *Teoria Política*. Seleção, coordenação e prefácio de Homero Pires. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1950.

BARRETO, Vicente e PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.

BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BOTANA, Natalio R. *El orden conservador – La política Argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁶⁰ Idem, vol.1, p.211.

⁶¹ Idem, p.448.

- LAGARRIGUE, Jorge. A ditadura Republicana – sua necessidade e suas condições. In: *Edição comemorativa do centenário de morte de Augusto Comte*. Porto Alegre: [s.n.], 1957.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: o conceito de Poder Moderador e o debate político do século XIX*. Rio de Janeiro: SBI/IUPERJ, 2007. Tese de Doutorado.
- _____. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.48, n°3, pp. 611-654, 2005.
- _____. *A idéia de um Conselho de Estado brasileiro: uma abordagem histórico-constitucional*. Separata de: *Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 42, n°168, p. 45-63, out./dez. 2005*.
- PAIM, Antonio (seleção e introdução). *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: UNB, 1981.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia de República no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-ômega, 1973.
- ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SALES, Alberto. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1891.
- _____. *Catecismo Republicano*. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1885.
- SALES, Campos. *Cartas da Europa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.
- SPENCER, Herbert. *El individuo contra el Estado*. Madrid: Júcar, 1977.

Como se livrar de uma acusação com algumas notas

Maria Clara Antonio Jeronimo

AGRADECIMENTOS

De início, gostaria de agradecer à Fundação Casa de Rui Barbosa, em especial a todos do Setor Ruiano, pelo intenso e agradável aprendizado e convívio nesses dois anos de estágio. Aproveito também para registrar minhas “fontes” vivas, que muito me ensinaram e que participaram efetivamente da escrita deste texto: Laura do Carmo, Ivette Saveli, Marta de Senna e Benjamin Albagli Neto.

MANUAL DE NORMAS EDITORIAIS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB)

Este texto tem por objetivo apresentar regras de citações e notas, não como um conjunto fixo de preceitos dispensáveis, inúteis, maçantes – como comumente são vistas –, mas sim como um conjunto de procedimentos que tem por princípio informar honestamente ao leitor nossas fontes de consulta, conhecimentos que nos auxiliam a utilizar palavras, frases, trechos de obras de outros autores sem incorrerem em crime. Como as citações e as notas são assuntos presentes no *Manual de normas editoriais da FCRB*, é necessário que falemos também de sua importância para a Instituição e do trabalho – por vezes árido, por vezes polêmico, mas atraente e até divertido – que é realizado pela equipe.

Sempre que falamos de normas editoriais, notamos certa resistência. No entanto, oferecer uma bibliografia organizada, um texto limpo, com maiúsculas, numerais e realces tipográficos empregados criteriosamente, com citações e notas claras e bem apresentadas, não é mais do que um compromisso com o leitor. Como veremos no desenvolvimento deste pequeno trabalho, as normas editoriais não devem ser um tormento para aqueles que trabalham o texto. Devem, sim, funcionar como ferramentas de acabamento para a construção de um texto limpo e honesto.

Nos primeiros meses de estágio na FCRB, foi-me solicitado um fichamento e uma sistematização de alguns manuais de editoração (listados na bibliografia ao final do texto). Diante desse material, extremamente divergente em alguns tópicos – como o emprego de maiúsculas ou minúsculas nos locativos, por exemplo –, pode-se notar que problemas surgem constantemente quando trabalhamos com normalização textual, organização bibliográfica, enfim, com editoração de textos.

Muitas instituições e casas editoriais estabelecem suas normas para o preparo de originais e, geralmente, os manuais baseiam-se nas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A FCRB, por ser um centro de pesquisa e uma casa editorial que zela pela qualidade de suas publicações, elabora, há aproximadamente três anos, o seu manual. Uma equipe de sete profissionais (são eles: Laura do Carmo, Ivette Maria Savelli, Benjamin Albagli Neto, Afonso Henriques de Guimarães Neto, Conceição de Maria Alves Sprenger, Eliane Vasconcellos Leitão e Rachel Valença), de diferentes setores da Instituição, discute e decide as normas editoriais que serão empregadas nas publicações da FCRB.

O *Manual de normas editoriais da FCRB* compõe-se de três grandes blocos: referências bibliográficas, citações e notas e padronização textual. Na primeira parte foram estabelecidas as normas para a montagem e listagem da bibliografia, onde se procurou contemplar exaustivamente todas as particularidades que pudessem surgir no momento da sua elaboração. Na segunda são apresentadas as regras para as citações e notas, procurando, sempre, redigi-las com clareza e precisão, para que o usuário obtenha de imediato a informação desejada. E, na terceira, são estabelecidos os critérios para a padronização textual.

Em reuniões semanais, a equipe do manual discute e estabelece as normas que a Instituição deverá aplicar em suas publicações (é importante destacar que, no momento, o *Manual* ainda não está totalmente pronto: a segunda e a terceira parte estão em avançado estágio de redação). A metodologia utilizada para sua elaboração baseia-se, sobretudo, no estudo das possibilidades que nos são apresentadas, a partir dos manuais consultados e das normas da ABNT, e na experiência dos profissionais da Instituição, que há anos lidam com as incoerências de algumas regras e com a não-solução de algumas questões. Assim, ao elaborar nosso manual, partimos de normas já existentes e as adaptamos às nossas necessidades e aos nossos princípios, valorizando sempre a fluência e a clareza do texto.

Estabelecer normas não é necessariamente – ou melhor, simplesmente – adotar e empregar modelos. Durante esses anos de trabalho, muitas dúvidas surgiram; questões que exigiram respostas que estavam além dos modelos fechados. Por isso, trabalhar com editoração de textos exige, não só atenção ao seguir os modelos, mas também muito bom-senso e critério, tendo sempre em mente que eventualmente poderão surgir novas dúvidas.

No que se refere à padronização textual, os problemas são inúmeros e, muitas vezes, de difícil solução. Decidir pelo uso de iniciais maiúsculas ou minúsculas, aspas simples, aspas duplas, itálico não é uma decisão tão fácil. Afinal, todas essas regras – não

podemos esquecer – existem em função de algo muito complexo e delicado: o texto. O importante é que, desde que se estabeleça um critério, ele deve ser aplicado em todo o texto.

A organização de uma bibliografia não é menos trabalhosa. Caracterizar um documento não é uma tarefa tão simples, principalmente quando ele apresenta alguma particularidade: no título, na autoria, no suporte, na indicação do editor ou da data de publicação, enfim, quando um modelo proposto não comporta as informações necessárias para a identificação do documento.

Todavia, o maior problema talvez esteja nas citações e nas notas. É o que veremos a seguir.

QUANDO NÃO SEGUIR A NORMA PODE TE LEVAR A COMETER UM CRIME

A subtração de nossos pertences tornou-se rotina em nossas cidades. Nossos relógios, celulares, carros são objeto de desejo de outras pessoas e, por isso, nos são levados ainda que sem direito. Furtar é crime previsto no Código Penal brasileiro. Segundo o artigo 155, furtar é “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” e prevê pena de um a quatro anos, além de multa.

Contudo, sentimos indignação muito maior quando outra coisa móvel – que em verdade não deveria ser tão móvel assim – nos é furtada: nossas palavras, nossos textos, nossas idéias, nossas produções, assinadas por outras pessoas.

Em 19 de fevereiro de 1998, foi promulgada a lei n. 9.610, que atualmente “regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos” (art. 1). O texto desta lei deixa claro que roubar produções intelectuais – plagiar – é crime.

Estamos então no limite. Usar, por exemplo, notas no rodapé ou no final do texto, ou, no caso da referência da citação, indicá-la no corpo do texto (sistema autor-data) ou no pé da página, são decisões que cabem a cada editor ou casa editorial. Mas, ignorar por completo quaisquer normas pode levar a cometer um crime. Não informar a autoria de um fragmento e mostrá-lo diluído em seu texto significa apossar-se da “coisa alheia”, ou seja, é furto de propriedade intelectual: plágio.

PERFIS DE CRIMINOSOS

São quatro os tipos/perfis de “criminosos”: o plagiador, o “esperto”, o desinformado e o compulsivo.

Segundo Maria Elvira Callapez, em seu artigo intitulado “Citação ou plágio?”,

as origens da palavra plágio remontam ao início do primeiro século, d.C., e são atribuídas a Marcus Valerius Marcialis, (Marcial), conhecido pela sua poesia com caráter satírico, vulgo epigrama. Lê-se na fonte que o plágio, como um epíteto para o roubo da linguagem e das idéias de outro escritor, foi inventado pelo poeta romano Marcial. Ao censurar Fidentinus por este recitar as suas palavras como se fossem dele próprio, Marcial comparou-o à pior coisa que ele podia considerar – um ladrão de escravos, um plagiário.

Infelizmente, muitos, assim como Fidentinus, copiam textos alheios, *ipsis litteris* ou disfarçadamente. É o que ocorre, por exemplo, em trabalhos acadêmicos, em que o autor “baixa” da internet passagens inteiras, e deliberadamente omite a fonte.

Além do plagiador, não raramente encontramos, no meio acadêmico, o “esperto” – aquele sujeito que, para benefício de seu texto, distorce o sentido da citação, afasta-a do contexto original e a encaixa em seus textos. Isto, quando feito com arte, pode ter excelentes resultados, como acontece na ficção de Machado de Assis. Também pode ser muito eficaz na argumentação jurídica. O patrono desta Casa, Rui Barbosa, era mestre em interromper as citações de autores clássicos do Direito, no ponto em que lhe interessava, para benefício de seu texto. Diga-se, a bem da verdade, que, na maioria absoluta de seus escritos, era extremamente cuidadoso ao citar suas fontes de consulta.

Diferentemente do plagiador, o desinformado comete o crime porque desconhece as regras de citações e notas. Sua intenção não é se apropriar do que é do outro, mas sim utilizar, em seu trabalho, produções de outras pessoas (talvez porque as considere importantes e indispensáveis). Todavia, por não conhecer ou por não saber utilizar as regras de citações, ele não atribui o crédito a quem deveria.

Existe ainda a outra face da moeda. Ao contrário do desinformado, o compulsivo conhece as regras, sabe exatamente quando e como usar o recuo, as aspas, as notas de fim de página. Mas, por compulsão, por um espírito de defesa excessivo, abusa das regras: a cada palavra, a cada frase, a cada período, a cada parágrafo, inclui um número alceado ou uma referência no corpo do texto. O crime cometido por ele é contra seu próprio texto.

A NORMA

Na definição do manual da FCRB, “citação é a reprodução ou menção de informações coletadas em outra fonte, a fim de exemplificar, ilustrar, tornar mais inteligível ou servir como base a um assunto a ser discutido”. Como vemos, então, é possível lançarmos mão de frases, fragmentos, parágrafos de textos de outros autores.

Se estamos citando, literalmente ou não, um determinado trecho, o mais correto (o legal, no sentido jurídico do termo) é referenciar o autor, a obra e a página em que o fragmento se encontra. Além de dar o crédito ao autor da citação, estamos informando ao leitor a nossa fonte, abrindo o nosso texto, possibilitando diálogos, novas leituras, diferentes relações.

As citações podem ser de quatro tipos: direta, indireta, mista e no interior de citação. Ou seja, citamos não apenas o que transcrevemos, mas também conceitos, idéias, pensamentos de outros autores.

Não precisamos atribuir o crédito imediato, em notas, a todo e qualquer escritor, texto, obra que nos auxilia na produção escrita, até porque nós, como leitores constantes, somos – durante toda a nossa vida – aprendizes. Para escrevermos algo, por mais inovador que seja, bebemos de inúmeras fontes e algumas delas já estão tão diluídas em nosso pensamento que não nos recordamos mais de onde as “retiramos”.

Por outro lado, utilizamos, em nossas produções, idéias, conceitos, fragmentos cuja autoria e localização podemos precisar. Ainda que estejam expressos de maneira diferente, temos a obrigação de mencioná-los em nota.

A solução não é, portanto, um texto repleto de notas e referências, mas um texto honesto, que atribua o crédito a quem realmente tenha o direito. Os textos que mais fortemente nos influenciaram na escrita de um trabalho, que foram efetivamente lidos para tecermos nossos conceitos e opiniões, devem sempre constar das referências bibliográficas.

As notas de pé de página, de fim ou ainda a indicação de autor-data, no corpo do texto, como alguns preferem, são maneiras de se atribuir o crédito. Mas não são as únicas. A fim de evitar um texto pesado, repleto de notas de pé de página ou de referências no corpo do texto, podemos optar pela informação incorporada ao nosso próprio discurso. Ao invés de BARBOSA, Rui, 1949, página 15, podemos incluir essa informação de uma maneira leve, como: Rui Barbosa, em *Oração ao Moços* refere-se a... Além de evitar eventuais problemas, dúvidas nas citações e notas, isso torna o texto muito mais fluente para o leitor.

CONCLUSÃO

As normas editoriais – para referências bibliográficas, citações e notas e padronização textual –, apesar do seu caráter extremamente técnico e de aplicação por vezes complexa, não são preceitos rígidos, injustificados, descabidos. Como vimos no desenvolvimento do trabalho, elas podem colaborar para um texto limpo e bem organizado, além de nos isentar de algumas complicações legais.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

ALCHIMIN, Maria Luiza et al. *Direito autoral: problemas, atualidades, perspectivas*. Rio de Janeiro: Pen Club do Brasil, 1998.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; MENDES, Maria Tereza Reis. *NBR 10520/2002: citações em documentos, com exemplos*. Rio de Janeiro, [200-?]. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Índice sistemático do Código Penal. *Legislação brasileira: Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 82-84.

CALLAPEZ, Maria Elvira. Citação ou plágio? *Ciência hoje*, nov. 2006. Disponível em: <http://www.cienciahoje.pt/9593>. Acesso em: 3 maio 2007.

CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. *Elaboração de referências: NBR 6023/2002*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2002.

_____. *Citações: quando, onde e como usar: NBR 10520/2002*. Niterói: Intertexto, 2002.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos 85).

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Manual de normas editoriais da FCRB*. Rio de Janeiro, 2007. Não publicado.

- FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da redação*. 2. ed. São Paulo, 1987.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- GARCIA, Luiz. *Manual de redação e estilo de O Globo*. 28. ed. São Paulo: Globo, 2003.
- HOUAISS, Antonio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- KURY, Adriano da Gama. *Elaboração e editoração de trabalhos de nível universitário: especialmente na área humanística*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- MEDEIROS, João Bosco. *Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão*. São Paulo: Atlas, 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. 8. ed. Niterói: EdUFF, 2005.

**Nestor Vítor e Cruz e Sousa:
PACTO DE HOMENS E ALMAS**

Bolsista: Bianca Rodrigues de Marco

Orientadora: Professora Doutora Eliane Vasconcellos.

“Como uma vela acompanha outra vela,
Nossas almas na Terra iam peregrinando.”
Nestor Vítor – A Cruz e Sousa

“Alma das almas, meu consolo amigo, / Seio
celeste, sacrossanto abrigo, / Serena e
constelada imensidade.”
Cruz e Sousa – Alma das almas

OBJETIVOS, METODOLOGIA E RESULTADOS

O acervo de Nestor Vítor foi doado ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) por Andrade Murici, crítico, biógrafo e amigo do autor. Este acervo constitui-se de cartas, manuscritos e artigos de jornais. A presente pesquisa teve por objetivos a ordenação desses documentos, segundo as séries: correspondência pessoal, produção intelectual e produção na imprensa; e a leitura da monografia *Cruz e Sousa*, bem como do ensaio intitulado *O Poeta Negro*, ambos de autoria de Nestor Vítor, buscando conhecer não só seu trabalho crítico, mas também o laço afetivo e fraterno que se estabeleceu entre aquele e o poeta das *Evocações*.

Em um primeiro momento, fez-se um levantamento e estudo biográfico referente a Nestor Vítor, para que o trabalho com seu arquivo fosse proveitoso, tanto no que diz respeito à organização, quanto ao entendimento dos documentos.

Em seguida, os documentos foram identificados, ordenados e higienizados, sendo, posteriormente, lidos e preenchidas as planilhas das séries, seguindo o modelo proposto pelo AMLB.

Após essa primeira etapa, organizou-se o referido acervo nas três séries propostas, obtendo-se como resultados quantitativos: (I) correspondência pessoal (4 documentos), (II) produção intelectual (24 documentos) e (III) recortes de jornais (332 documentos, sendo 72 de autoria de Nestor Vítor e 260 de outros autores).

VIDA E OBRA: UM ESTUDO MAIS DIRECIONADO

Nestor Vítor dos Santos nasceu em Paranaguá (Paraná), a 12 de abril de 1868. Em sua cidade natal, estudou as primeiras letras com os professores José Cleto da Silva e Francisco Machado dos Santos. O primeiro era abolicionista, fato que, segundo Andrade Murici⁶², teria influenciado sobre a formação idealista do seu antigo aluno, participante ativo das transformações políticas do País. Nestor foi fundador e secretário do Clube Republicano de Paranaguá, secretário da Confederação Abolicionista do Paraná, tomando parte ativa nas manifestações dos movimentos abolicionista e republicano, inclusive como orador em praça pública. Pronunciou-se a favor de Floriano Peixoto, durante a Revolta da Armada, e participou da Campanha Civilista, destacando-se também como um dos fundadores e secretário da Liga Brasileira pelos Aliados. Foi, ainda, eleito deputado do Congresso Legislativo do Paraná.

No que diz respeito à sua vida afetiva, Nestor Vítor casou-se, em 1892, com Catarina Alzira Coruja, neta do gramático e didata Pereira Coruja, com a qual teve quatro filhos. Tornou-se um dos amigos mais próximos de Cruz e Sousa, senão o mais próximo. Conheceram-se, rapidamente, no Rio de Janeiro, no Café de Londres, em 1889, por meio de Oscar Rosas, vindo, mais tarde, a se reencontrar em Florianópolis, então Desterro. Esta amizade, que viria a ser a tônica emocional da vida de Nestor, exemplar e legendária, nas palavras de Andrade Murici, estreitou-se em 1893, ano da afirmação do Simbolismo, com a publicação de *Missal e Broquéis*. O crítico dedicou-se, posteriormente, à publicação e divulgação das obras do Cisne Negro, ajuda, dedicação e amizade sem as quais este poeta não teria atingido a essência de sua criação, como analisa Murici⁶³: “De minha parte não ponho dúvidas em que, sem o amor desvelado e a assistência intelectual desse amigo, não teria Cruz e Sousa realizado a ascensão gradativa que de fato realizou da simples angústia de ser negro para a pura espiritualidade dos *Últimos Sonetos*.”

Nestor Vítor teve a sua obra pouco divulgada e poucos são os manuais literários que trazem referências aprofundadas a respeito desta importante figura de nossas letras. Foi um escritor de múltiplas habilidades, cuja obra abrange contos (*Signos*), poemas (*A Cruz e Sousa; Transfigurações*), ficção romanesca (*Amigos; Parasita*), crítica literária (*A hora, Três romancistas do Norte; Farias Brito; A crítica de ontem; Cartas à gente nova;*

62 MURICI, Andrade. Introdução. In: *Obra crítica de Nestor Vítor*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1, p. 9, 1969.

63 *Ibid.*, p. 8.

Os de hoje), conferências, ensaios (*O elogio da criança; Folhas que ficam; O elogio do amigo*), e livros de viagem (*Paris; Terra do futuro*), sendo ainda tradutor e autor de estudos acerca de renomados autores da literatura estrangeira, como Ibsen, Maurice Barrès, Edmond Rostand e Maurice Maeterlinck. Fruto do contato com esses nomes e com os ideais simbolistas europeus, durante sua estada em Paris (1901), Nestor Vitor foi considerado o renovador da crítica literária brasileira, uma vez que voltou suas análises, como afirma Tristão de Ataíde⁶⁴, para o impressionismo e o subjetivismo, em que obra e artista estão associados. No substrato da forma residiu a substância da crítica nestoriana: os sentidos humanos, vivenciais e espirituais, transcendentais, eternos, como já era feito na Europa na segunda metade do século XIX. Até então, a crítica dominante no Brasil pautava-se por critérios sociológicos e historicistas de análise. Pode-se perceber, portanto, a importância desse autor para a divulgação dos novos ideais simbolistas de origem europeia e das figuras literárias que os compartilhavam. Lançou um novo olhar, um novo espírito sobre nossas letras, reagindo ao Realismo/ Naturalismo e à fórmula estética parnasiana, como afirma Tristão de Ataíde, citado por Andrade Murici:

Nestor Vitor foi o crítico do simbolismo em nossas letras, não só porque foi contemporâneo dele, mas ainda porque soube fazer às suas figuras literárias a justiça que nem sempre lhes foi feita nos arraiais da crítica consagrada. [...] O espiritualismo crítico de Nestor Vitor, – que ficou um tanto confinado dentro do âmbito do próprio movimento simbolista sem chegar a dar-nos nem mesmo a obra que seria o coroamento de sua vida – o espiritualismo literário do crítico da geração pós-naturalista anunciou entretanto o novo espírito que em breve animaria a nossa crítica literária.⁶⁵

Sobre a posição histórica de Nestor Vitor na crítica literária brasileira, e especialmente no movimento simbolista, Sívio Romero, ainda citado por Murici, atesta:

Gastos e gafados, como já andávamos, do romantismo, do naturalismo e do parnasianismo, a ele e a Medeiros e Albuquerque devemos as primeiras notícias das novas formas da literatura europeia, sucessoras daquelas já tão ultrapassadas.[...] Tão curioso quanto Medeiros e Albuquerque por cousas estrangeiras e por novidades, falava-nos delas como crente, como apóstolo, como evangelizador desses novos credos. [...] Tal o motivo por que acerca de letras estrangeiras não possuímos nada superior nem que se compare ao que escreveu [...].⁶⁶

64 ATAÍDE, Tristão de. *Jornal do Comércio*, 8 nov. 1936.

65 MURICI, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, p. 267, 1952.

66 *Ibid.*, p. 266.

Todavia, o que mais altamente nos fala da inteira natureza de Nestor Vítor é a sua amizade com Cruz e Sousa, consolidada, dia após dia, de forma que Nestor Vítor, enquanto viveu, dedicou-se à análise e divulgação da obra do amigo. Publicou dois dos três livros preparados pelo Poeta Negro, *Faróis e Últimos sonetos*, e editou suas *Obras Completas*, primeiras aparecidas, com introdução biográfica e notas afetuosas. Andrade Murici, companheiro de Nestor, ressalta que toda a sua vida cultuou a memória de Cruz e Sousa. Foram homens e almas que caminharam sempre lado a lado – “Nossas almas na Terra iam peregrinando” – (versos do poema *A Cruz e Sousa*, de 1900), trocando idéias, afetos, confidências e dificuldades, como se pôde observar em leitura da correspondência pessoal do acervo de Nestor e em consulta à correspondência de Cruz e Sousa. Estes documentos revelam palavras de amizade, companheirismo, troca de informações sobre moradia, situação financeira e saúde, como se observa no seguinte trecho retirado de carta escrita pelo Poeta Negro, na qual informa a enfermidade da esposa Gavita e requisita a sua presença:

Meu grande amigo,

Peço-te que venhas com máxima urgência à minha casa, pois minha mulher está acometida de uma exaltação nervosa, devido ao seu cérebro fraco que, apesar das minhas palavras enérgicas em sentido contrário e da minha atitude de franqueza em tais casos, acredita em malefícios e perseguições de toda a espécie. Cá te direi tudo. A tua presença me aclarará o alvitre que devo tomar.⁶⁷

Através da leitura e análise de recortes de jornais pertencentes ao acervo de Nestor Vítor, pode-se constatar que o laço entre eles foi fato observado e comentado por muitos escritores, que reconheceram não ser apenas por admiração, mas sim uma troca de afetos entre homens que pactuaram espiritualmente, cujas criações deixam vir à tona a convivência, as trocas. Eles conversavam sobre suas vidas e suas artes. Oliveira Gomes observa, em artigo publicado no jornal *Máscara*, em 20 de abril de 1899, a completude com que se dava essa amizade:

Onde quer que tenha havido um dia dois espíritos e dois temperamentos que ampla e completamente descortinassem, pelas afinidades mais íntimas e delicadas de cada um, as intuições, as idiosincrasias e os mais obscuros fenômenos intelectivos e morais do outro, nunca esses espíritos estiveram mais próximos, nunca se penetraram mais profundamente, nem melhor se influenciaram nas correspondências mais nobres das suas idéias e das suas aspirações.

⁶⁷ Correspondência pessoal do arquivo de Nestor Vítor. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.

Há autores, ainda, como Andrade Murici, em artigo publicado no periódico *Diário da Tarde*, em 18 de março de 1919, que tratam de uma atitude de mestre e discípulo, em que Nestor Vítor demonstraria uma absoluta devoção a seu irmão de espírito, como ele mesmo o chama em prefácio à sua monografia *Cruz e Sousa*. Murici destaca que Nestor Vítor fala de Cruz e Sousa num tom quase bíblico, com solenidade, com a segurança desassomburada que lhe deu o convívio com o grande poeta .

O ensaísta publicou dois trabalhos de crítica literária sobre o poeta Cruz e Sousa: a monografia intitulada *Cruz e Sousa* (1899) e o ensaio *O Poeta Negro* (1914), trabalhos estes considerados de relevo durante as pesquisas com o acervo de Nestor, mais especificamente com os artigos de jornal dedicados a ele, para conhecer não só o seu trabalho como crítico, mas também conhecer qual o seu olhar sobre a obra do poeta dos *Últimos Sonetos*.

Na monografia *Cruz e Sousa*, Nestor faz reflexões sobre a riqueza do poeta como artista, seu “irmão espiritual”, que, quando do ano da sua publicação, já havia falecido; dedica aquelas linhas à memória de seu grande amigo, como ele mesmo afirma em prefácio à publicação:

Morto Cruz e Sousa, e decorridos mais de dous anos, depois que este trabalho escrevi, – ele transfigurado pela sagração do túmulo, e eu sentindo morto, por assim dizer, em mim aquele de que as páginas que se vão ler nasceram (porque os acontecimentos e os tempos nos vão dando outro modo de ser) – [...] Assim tenho a certeza de ser fiel à memória querida do meu irmão espiritual que é o seu objeto e a quem ele era uma homenagem para lhe ser prestada publicamente em vida.

Nestor Vítor traz a público o ensaio, que esteve longamente em mãos do Poeta Negro, em 1898, ainda que já estivesse pronto dois anos antes da morte de Cruz (1861-1898)⁶⁸. Deve-se destacar, ainda, que a sua convivência, seu contato íntimo, tornou ainda mais produtivas as análises ali estabelecidas, como destaca Oliveira Gomes em artigo publicado no jornal *Máscara*, em 20 de abril de 1899:

Nestor Vítor, o autor desta bela monografia, pôde assim dar-nos da figura intelectual de Cruz e Sousa, a mais firme e rigorosa fotografia, de tal sorte que o seu livro surge como um eco diante de uma voz, pois dentro deste opúsculo, pela

⁶⁸ Ressalte-se que a publicação da monografia *Cruz e Sousa* somente poderia ocorrer, e ocorreu, após a publicação das *Evocações*, uma vez que este livro serviu de inspiração às análises ali contidas, fato destacado por Nestor Vítor no prefácio ao trabalho: “Eu não o podia publicar, porém, enquanto não fossem impressas as suas *Evocações*, ao menos, livro que principalmente inspirou as linhas que se vão ler e do qual são aqui citados e criticados alguns trabalhos especificamente.”

segurança da análise, pelo escrupulo e cuidado da observação e pelo rigor da interpretação psicológica, como estremece, sonha e vibra a alma estranha do estranho poeta negro.

O crítico traz uma análise da “individualidade estranha” de Cruz e Sousa, como ele assim a chama, da voz incompreendida que não é apenas sua obra, mas “a sua vida de todas as horas, de todos os instantes”. Fala da necessidade de privar com o poeta Cruz para compreendê-lo:

Não basta que se o leia, é preciso privar com ele, de braços abertos, de alma aberta, translúcido em todos os recantos de nossa alma, estabelecer-se com ele a comunhão intelectual mais absoluta que se pode dar entre dois espíritos humanos, para colocarmo-nos no ponto de vista de que melhor se pode abranger sua individualidade estranha e transmitir aos outros a profunda emoção que nos fica dessa convivência formidável.

Ninguém conviveu mais com ele do que Nestor, sendo ele quem melhor compreende a obra do poeta, e, portanto, a sua alma. As análises são de grande profundidade. Houve aqueles que, como Anastácio Paz e Medeiros e Albuquerque, as consideraram por vezes obscuras, de pouca lucidez. Emiliano Kemp, em artigo publicado no jornal *Cidade de Campinas*, em 20 de abril de 1900, considerou o trabalho e os versos do poema *A Cruz e Sousa* como uma glorificação não só do artista, mas também do próprio Nestor Vítor. Ressalta, ainda, que “quem confessa tão franca e tão singularmente uma dívida espiritual a um escritor ainda não aclamado é porque se sente tão igual a ele que só pode seguir a mesma direção artística”.

Ao final da monografia, Nestor Vítor declara a importância da convivência com seu irmão espiritual para suas próprias criações:

Devo à convivência fraternal os mais nobres e mais generosos impulsos, têm sido as suas palavras de fé que as que mais eloqüentemente se tem unido à eloqüência das vozes íntimas que por ventura me animam para meter ombros numa obra, para erguer uma tenda digna dos sacrifícios que exija uma arte, em que se pensa com seriedade e devotamento.

Tão confessada e estreita amizade fez com que a morte de Cruz e Sousa, em 1898, marcasse para sempre a vida de Nestor Vítor. Escreveu o poema *A Cruz e Sousa*, em que declara seu lamento fraternal e espiritual.

Em *O Poeta Negro*, mais conciso, porém não mais objetivo que a monografia, o ensaísta trata da repercussão da obra cruz-e-sousiana em seu tempo, da devoção do poeta à sua arte, que era rejeitada por ser incompreendida:

Mas os que lhe eram adversos indicaram como completas, indiscutíveis obscuridades muitas vezes os seus pensamentos mais claros, por desconexas várias das suas construções mais curiosas e até mais perfeitas, por monstruosidades, por pecados mortais contra o gosto tantas das suas concepções mais finas e mais lindas.

Este ensaio pode ser considerado uma defesa de Nestor à criação poética de Cruz e Sousa, uma vez que rejeita a crítica mofina e aversa ao novo, ao que não consegue compreender. Defende um julgamento isento e nobre:

[Cruz e Sousa] não pôde, sequer, afetar suficientemente como seu vulto, na hora em que viveu, a atmosfera do país onde nascera e formara-se. Causou principalmente estranheza e despeitos, senão ódios [...] O que o salvou em parte na sua hora foi a sua incomparável virtuosidade para o verso.

Últimos Sonetos, seu derradeiro livro, e publicado como obra póstuma, esses mesmos não lograram todo o sucesso que teriam, se fossem julgados com perfeita isenção e nobreza.

De forma quase profética e determinante, Nestor Vítor anuncia em seu ensaio a repercussão e a influência da obra do poeta em toda e qualquer criação posterior a ela; a literatura de qualidade, no âmbito da poesia, ressentir-se-ia de seus processos:

Sua influência, contudo, não cessou e não cessará tão cedo no Brasil. Quase toda a literatura que se pode chamar propriamente viva, no domínio da poesia, entre nós, vinda depois de Cruz e Sousa e de sua geração, consciente ou inconscientemente ressentente-se mais ou menos dos seus processos. Alguns dos que já mereceram destaque na nova geração talvez que nem o tenham lido suficientemente. Mas o seu influxo no que respeita à forma e aos estados d'alma já anda por tal modo na atmosfera de hoje, que será muito difícil a qualquer poeta de sensibilidade mais aristocrática poder de todo evitá-lo entre nós.

Estes estudos conseguem revelar cumplicidade e devoção ao amigo e irmão de espírito João da Cruz e Sousa, a quem devotadamente dedicou sua vida, seu coração, sua palavra. Foram homens que pactuaram em todos os momentos, inclusive nas adversidades, e almas que pactuaram na arte, na criação. Eram amigos, companheiros, confidentes em constante sintonia e em comunhão intelectual, necessária à compreensão do poeta Cruz. Nestor foi também ouvido para escutá-lo, alma para senti-lo e coração para amá-lo, como afirmou no ensaio aqui já referido.

A admiração era compartilhada por ambos. Cruz e Sousa também demonstrava a mesma sensibilidade e devoção em relação a seu grande amigo e irmão de espírito, afirmando:

A sua alma é como um destes exóticos e deslumbrantes instrumentos que acordaram toda uma série delicada e nervosa de sons que só ouvidos eleitos escutam e reconhecem, um desses instrumentos saudosamente e egregiamente

velhos que algum erradio menestrel do Oriente vibrou acaso por algum poente triste, no fundo de alguma era remota.

A leitura dos poemas *Pacto das almas* e *A Cruz e Sousa*, cujos trechos serviram de epígrafe ao presente trabalho, fazem ressentir a cumplicidade e a complexidade dessa amizade. A expectativa de um reencontro póstumo revela a crença em uma transcendentalidade, em que as almas que peregrinavam juntas na Terra, se abraçarão na Eternidade.

Alma das almas

Alma das almas, minha irmã gloriosa,
Divina irradiação do Sentimento,
Quando estarás no azul Deslumbramento,
Perto de mim, na grande Paz radiosa?!

Tu que és a lua da Mansão de rosa
Da Graça e do supremo Encantamento,
O círio astral do augusto Pensamento
Velando eternamente a Fé chorosa,

Alma das almas, meu consolo amigo,
Seio celeste, sacrossanto abrigo,
Serena e constelada imensidade,
Entre os teus beijos de eteral carícia,
Sorrindo e soluçando de delícia,
Quando te abraçarei na Eternidade?!

A Cruz e Sousa

Não gemem na minh'alma árias langues de morte,
Antes vibram clarins e há alvorotos de guerra;
Somente, um tal tremor faz-me vibrar tão forte
Que eu sou, todo, um soluço a ansiar sobre a Terra!

Não! os que, como tu, morrem sacramentados
Com a Extrema-Unção da glória, e andaram, impolutos,
No casulo do Sonho, esperando, calados,
A Vida após a Morte, a Pompa Real nos lutos,

Não nos fazem pensar na frialdade ao peito
De uma laje medonha, ao caírem exaustos:
Vê-se neles o gesto augusto de um Eleito...
Ouvem-se hosanas no ar, abrem-se céus e faustos!

Lembra! quando, em redor, tudo, tudo aluía,
O Mundo e as Almas, ante um ocaso tremendo;
Só no roxo calar da Tarde se entreouvia
O cataclismo vir, como um louco, gemendo;

Lembra que éramos dois a sorrir serenados,
Vendo a Morte chegar como chega uma irmã;
Aos seus braços de múmia até o mundo alongados
Ficávamos a olhar sem covardia vã.

Fui eu, talvez, fui eu quem te levou para ela,
De outro modo de ser a volúpia te dando,
Quando, como uma vela acompanha outra vela,
Nossas almas na Terra iam peregrinando.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da leitura, reflexão e organização do acervo de Nestor Vítor, pude conhecer sua obra, seus trabalhos como crítico em alguns jornais, bem como a crítica feita às suas criações pelos seus amigos e contemporâneos.

Nestor Vítor é um escritor cujo nome não é ouvido nos cursos de graduação em Letras, ainda que suas obras tenham sido representativas para a transição do Naturalismo e Parnasianismo para o Simbolismo, bem como do Simbolismo para o Modernismo, já que, como afirma Adelino Magalhães, seu íntimo e fiel amigo, citado por Murici⁶⁹, ele não vivia do passado, não o renegava, mas o presente apaixonava-o e o futuro tinha lugar grande no seu pensamento em face da vida.

Tendo em vista esse infeliz apagamento, direcionei minhas pesquisas não só à análise e organização de dados, mas também ao início de um estudo aprofundado acerca da sua obra como um todo, para que, futuramente, possa reavivar a figura de Nestor Vítor no âmbito dos estudos literários acadêmicos.

Espero que com este trabalho eu possa ter despertado a curiosidade e o interesse de muitos pela obra de Nestor Vítor, esse espiritualista das letras, que soube enxergar a criação literária com os olhos penetrantes, desvelando a essência da arte: inspiração e espírito humano.

BIBLIOGRAFIA:

COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 2001. 2 volumes.

⁶⁹ MURICI, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, p. 267, 1952.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Obra crítica de Nestor Vitor*. Rio de Janeiro: MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969. 3 volumes.

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.

VÍTOR, Nestor. *Prosa e poesia*. Organização de Tasso da Silveira. Rio de Janeiro: Agir, 1963. (série “Nossos Clássicos”)

VITOR, Nestor. Cruz e Sousa: monografia. In: *Obra crítica de Nestor Vitor*. Rio de Janeiro: MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969. 3 volumes.

VÍTOR, Nestor. O poeta negro. In: *Obra crítica de Nestor Vitor*. Rio de Janeiro: MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969. 3 volumes.